

O Deputado José António Guerreiro nas Cortes Constituintes de 1821/1822

José Alberto Marinheiro do Seixo

joseseixe@hotmail.com

Resumo

Entre janeiro de 1821 e novembro de 1822, realizaram-se as sessões parlamentares onde se redigiu a primeira Constituição portuguesa. Entre os deputados eleitos, José António Guerreiro tornou-se, desde cedo, uma figura de destaque: a intensa atividade parlamentar deste jurista de 31 anos, aliada aos seus discursos cuidados e à sua personalidade dotada de um conhecimento das diferentes realidades do país, merecem uma atenção especial. Neste artigo, analisaremos a sua participação na “Comissão de Negócios Políticos do Brasil”, a sua participação em temas ligados ao Alto Minho, ao Porto e ao Alentejo. De seguida, serão analisadas as discussões sobre os seus dois projetos de lei apresentados nas Cortes Constituintes: o projeto que previa a abolição de privilégios pessoais de foro e o projeto sobre os casos e formalidades relativos à realização de devassas. Por fim, este artigo contém uma tabela compilatória de toda a atividade parlamentar do deputado em análise.

Palavras-chave: Revolução Liberal de 1820, Constituição de 1822, Alto Minho, Porto, Alentejo.

Abstract

The first ever Portuguese Constitution was formally written between the months of January 1821 and November 1822. Amongst of the deputies elected, José António Guerreiro became one of the most influential ones, mostly because of his intense 31 year-long parliamentary career, combined with his carefully written speeches and with his extensive knowledge of the realities inside the kingdom. Next, we will analyze his collaboration with the “Comissão de Negócios Políticos do Brasil”, and his participation in various regional themes, including such areas as Alto Minho, Porto and Alentejo. Finally, we will analyze his two propositions of law presented at the “Cortes Constituintes”: one that predicted the abolition of personal lining privileges and another inclined on the formalities with the execution of confiscations. Finally, this article contains a compilation table of all the parliamentary activity of the deputy in question.

Keywords: Liberal Revolution of 1820, Constitution of 1822, Alto Minho, Porto, Alentejo.

Introdução

Após a eleição para as Cortes Constituintes de 1821/1822, e de entre as personalidades eleitas, José António Guerreiro acabou por se tornar uma figura de destaque deste período. No *Dicionário de Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*¹ a atuação do deputado José António Guerreiro é caracterizada da seguinte forma:

*Nos seus discursos e intervenções, que ascenderam a mais de três centenas, notamos um grande cuidado no tratamento dos assuntos, bem como na defesa dos interesses da nação, mas, mais do que isso, da salvaguarda do bem público.*²

Após uma pesquisa no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* obtivemos informações mais concretas sobre este deputado, tendo feito parte comissões parlamentares, lido os pareceres das mesmas comissões, participado em inúmeros debates e assinado decretos. Tendo em conta o desempenho deste deputado nas Cortes, e o facto de este ser natural na nossa região natal (Alto Minho), consideramos possível a realização de um trabalho proveitoso.

Tendo um deputado definido para o trabalho, é agora tempo de identificar as questões de investigação: consideramos de especial relevo a inclusão de uma introdução biográfica do deputado. Para isso, decidimos pesquisar no jornal digital regional de Caminha, sua terra natal: *Caminh@2000*. No número 13 de 11 de outubro de 2013, é possível encontrar um artigo³ dedicado à vida e obra de José António

¹ LAGARTIXA, Custódio — “GUERREIRO, José António (1789-1834)”. In CASTRO, Zília Osório de (dir.) — *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2002, p. 741-744.

² LAGARTIXA, Custódio — “GUERREIRO, José António (1789-1834)”. In CASTRO, Zília Osório de (dir.) — *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2002, p. 743.

³ BENTO, Paulo Torres. (2013) - José António Guerreiro, o liberal de Lanhelas imortalizado na Assembleia da República. *Caminh@2000*. Disponível em: <https://goo.gl/uaxDHk>. [Consultado a 13/12/2016].

Guerreiro da autoria de Paulo Torres Bento. Também se encontram informações biográficas sobre José António Guerreiro no *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo*.

Para entender melhor o contexto de trabalho parlamentar de Guerreiro nas Cortes, foi necessário proceder a uma pesquisa acerca dos 24 deputados que também foram eleitos pela província do Minho. Desse modo, foi efetuada uma pesquisa no *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo...*, na obra *Galeria dos deputados das Cortes gerais e extraordinárias e constituintes da nação portuguesa (instauradas em 26 de janeiro de 1821)*, *I Época* de José Damásio Roussado Gorjão, em *Geografia e Economia da Revolução de 1820*⁴ de Fernando Piteira Santos e na *História de Portugal*⁵ de José Mattoso. Nestas obras, é possível encontrar as idades e profissões dos deputados minhotos. Estas informações são importantes para uma comparação de perfis entre os deputados. Após essa pesquisa, foi tempo de procurar informações relativas ao seu processo de eleição para as Cortes Constituintes. Para isso, utilizamos os jornais online *O Génio Constitucional*⁶ e *O Correio do Porto*⁷, onde é possível aceder a informações sobre a eleição dos deputados do Minho.

Tratando-se de um trabalho que aborda uma questão essencialmente política, é importante uma pesquisa acerca do alinhamento político de José António Guerreiro. Para isso será feita uma análise às suas intervenções e votações em plenário, aliada à leitura da obra *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*⁸. As informações obtidas no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* servirão também para a análise da quantidade, tipo de linguagem e dimensão dos seus discursos. Será também possível a recolha de informações acerca da assiduidade e dos traços de personalidade do deputado.

A exposição da informação neste trabalho estará dividida da seguinte forma: Na primeira parte estará presente uma pequena contextualização histórica sobre o tema que nos propomos trabalhar. Seguidamente, encontra-se a caracterização biográfica e social dos deputados eleitos pela província do Minho em 1820, após essa abordagem, o foco recairá apenas sobre José António Guerreiro, nomeadamente ao nível da sua biografia e trabalho parlamentar. Em anexos, está presente uma tabela compilatória

⁴ SANTOS, Fernando Piteira - *Geografia e economia da revolução de 1820*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.

⁵ TORRALBA, Luís Reis; ROQUE, João (coord.) – “O Liberalismo (1807-1890)”. In. MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. Vol. V.

⁶ *O Génio Constitucional*. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1820.

⁷ *Correio do Porto*. Porto: Tipografia Praça de S. Teresa, 1820.

⁸ DIAS, Graça Silva; DIAS, J. S. da Silva — *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Vol. I. Tomo II. 2.ª ed. Lisboa: INIC, 1986

onde se encontra a descrição de todas as menções ao deputado no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*.

1. Contextualização Histórica

Fernando Piteira Santos inicia o terceiro capítulo da obra *Geografia e Economia da Revolução de 1820* com a afirmação: “Desde 1689 que as Cortes não eram convocadas. Criar um “órgão da Nação”, democraticamente soberano, é o primeiro objetivo político da Revolução de 1820⁹”. Por diversos motivos, algumas fações da sociedade desejavam a realização de Cortes, pois reconheciam as vantagens do governo de inspiração liberal, no entanto todos queriam o regresso de D. João VI e da Corte para Lisboa, pois a ideia de “colónia da colónia” não caía bem entre todas as classes sociais.

Porém, as possíveis formas de se convocarem Cortes deram origem a várias correntes de opinião. Este facto esteve na origem da *Martinhada*: golpe político-militar desencadeado a 11 de novembro de 1820, por militares, contra a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Existiam três correntes de opinião em relação à convocação das Cortes, uma, que defendia que se adotassem os preceitos da Constituição espanhola de 1812, embora adaptados à realidade portuguesa; outra que defendia que as Cortes deviam ser convocadas segundo a tradição nacional, mediante a convocação das três ordens do Estado para estes nomearem os seus representantes; por fim, uma última que defendia que era necessário realizar eleições dos representantes diretos do povo, segundo uns princípios elaborados pela Junta Preparatória das Cortes. Esta última corrente saiu vencedora, tendo sido publicadas as Instruções que deviam regular as eleições dos deputados que iam formar as Cortes Extraordinárias Constituintes do ano de 1821 a 10 de novembro. No entanto, após o reingresso de Ferreira de Moura, Frei Francisco de S. Luís, Braancamp de Sobral e Fernandes Tomás no governo, foram publicadas novas instruções para as eleições dos deputados. No fundo, estas instruções nada mais eram do que a reprodução dos artigos da Constituição espanhola, adaptados à realidade portuguesa.

Essas instruções estão publicadas ao longo dos dois jornais utilizados para a realização deste trabalho. O processo de eleição de José António Guerreiro, assim como dos restantes deputados, foi um processo longo pois, ao contrário dos dias de hoje, não se elegeram todos os deputados num só dia. O processo de eleição dos

⁹ SANTOS, Fernando Piteira - *Geografia e economia da revolução de 1820*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975, p.63.

deputados iniciou-se a 10 de dezembro de 1820 em todo o país, e terminou a dia 30 de dezembro. Este intervalo de datas prova a complexidade de todo o processo. No jornal *O Génio Constitucional*¹⁰ é explicada a forma de funcionamento dessas etapas de eleição, dando o exemplo da freguesia de Santo Ildefonso, no Porto: Baseados no Recenseamento de 1801¹¹, foi atribuído o valor de 4190 fogos à freguesia. Com base neste valor, seriam eleitos 31 compromissários. Esses 31 compromissários elegeriam os 21 eleitores de freguesia. Supondo que a comarca do Porto tinha 50798 fogos, no dia 17 de dezembro de 1820 reuniram-se os 254 eleitores de freguesia, que nomeariam os 18 eleitores de comarca. Estes últimos, juntando-se aos demais 57 eleitores das comarcas do Minho, elegeriam os 25 deputados constituintes. No *Correio do Porto*¹² é possível constatar que os primeiros 5 deputados¹³ foram eleitos no dia 26 de dezembro de 1820. No dia seguinte¹⁴, foram eleitos mais 6 deputados. No dia 28 de dezembro¹⁵, foram eleitos 9 deputados¹⁶ às Cortes. Como os próximos números deste jornal não estão disponíveis para consulta, servimo-nos de *O Génio Constitucional* para completar a descrição da eleição: no dia 29 de dezembro¹⁷, foram eleitos os últimos 5 deputados às Cortes, estando entre eles José António Guerreiro, eleito com 62 votos dos eleitores presentes.

2. Caracterização dos deputados minhotos à Constituinte

Joaquim Veríssimo Serrão enumera da seguinte forma os estratos sociais de todos deputados eleitos para as Cortes:

*39 homens de leis (englobando lentes do Direito, magistrados, advogados e solicitadores), 21 professores e gente de profissão liberal, 16 membros do clero, 10 oficiais do exército, 6 médicos, 5 proprietários e 3 comerciantes e industriais*¹⁸.

¹⁰ *O Génio Constitucional*. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1820, n.º 53, 1/12/1820.

¹¹ Foi utilizado o Recenseamento de 1801, pois até à data de realização das eleições, não se tinha efetuado mais nenhuma contagem da população.

¹² *O Correio do Porto*. Porto: Tipografia Praça de S. Teresa, 1820, n.º 78, 27/12/1820.

¹³ Esses cinco deputados são: Vicente Soledade e Castro, José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, José Joaquim Rodrigues de Bastos, José Ferreira Borges e José de Moura Caminho.

¹⁴ Esses seis deputados são: João Pereira da Silva, Francisco VanZeller, Manuel Martins do Couto, José Maria Xavier de Araújo, António Ribeiro da Costa e João Gomes de Lima.

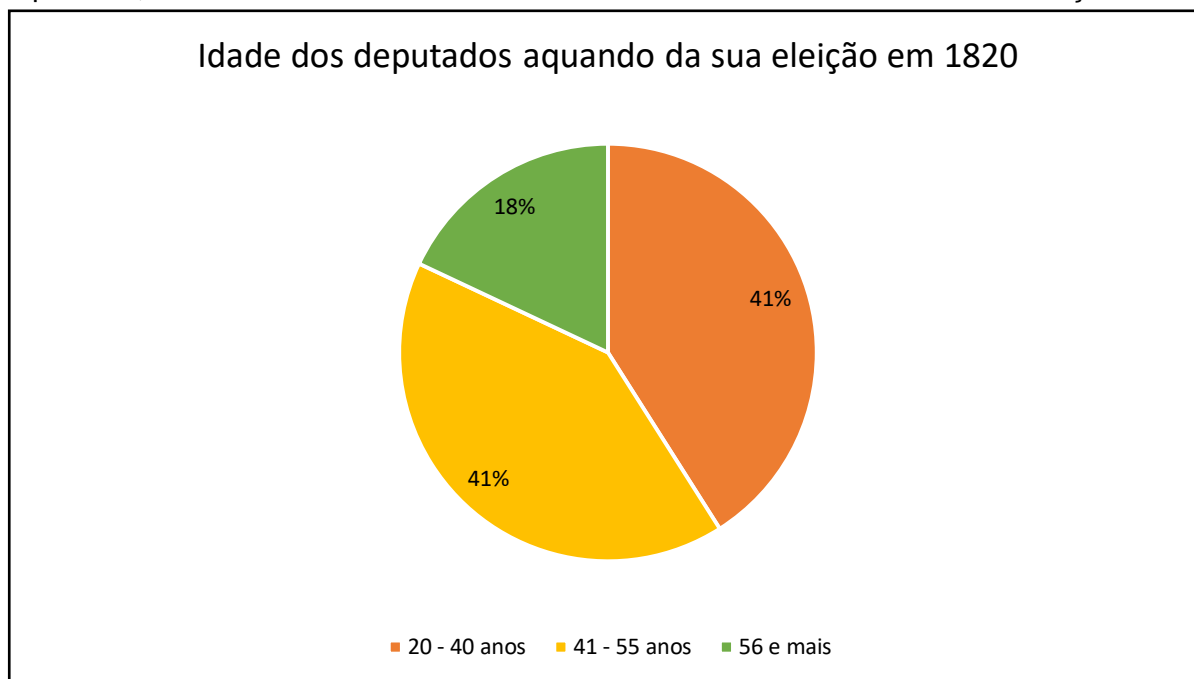
¹⁵ *O Correio do Porto*. Porto: Tipografia Praça de S. Teresa, 1820, n.º 80, 29/12/1820.

¹⁶ Esses nove deputados são: José António de Faria Carvalho, Francisco de Magalhães Araújo Pimentel, Joaquim Navarro de Andrade, Agostinho Teixeira Pereira de Magalhães, Luís António Branco Bernardes de Carvalho, João de Sousa Pinto de Magalhães, José Peixoto Sarmento de Queirós, Basílio Alberto de Sousa Pinto e João Batista Felgueiras.

¹⁷ Os restantes deputados são: António Pereira, Joaquim José dos Santos Pinheiro, Francisco Xavier Calheiros e Rodrigo Ribeiro Teles da Silva e Castro.

¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”. In *História de Portugal*. [Lisboa]: Verbo, 1978. Vol. VII, p.366.

Após a leitura e análise das diferentes obras consultadas para a realização deste trabalho, foi possível agrupar informações biográficas e bibliográficas acerca dos deputados eleitos pela província do Minho que serão discriminadas de seguida: em relação às idades aquando da eleição (1820), constatamos que o deputado mais velho era José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, com 63 anos, e o mais novo era Basílio Alberto e Sousa Pinto, com 27 anos. Não sendo possível averiguar as idades de 8 deputados, a média de idades dos restantes é de 44 anos. Reunindo informações



acerca das idades dos restantes deputados, optamos pela sua agrupação em três grupos etários, sendo eles “25 – 40 anos”, “41- 55 anos” e “56 e mais anos”, que está discriminada no gráfico circular seguinte.

Em relação às profissões, não foi possível recolher informações sobre os deputados João Pereira da Silva e de Francisco Magalhães Araújo Pimentel. A profissão dominante entre os eleitos pelo Minho era, segundo o conceito de Fernando Piteira Santos¹⁹, “Magistrado/Jurista”, com cerca de 11 deputados, tal como na globalidade dos deputados eleitos, como foi possível constatar anteriormente. Além desta profissão, também foram eleitos clérigos, um negociante, um médico e um militar. Analisando os dados em percentagens, a distribuição socioprofissional dos deputados é a seguinte:

¹⁹ SANTOS, Fernando Piteira - *Geografia e economia da revolução de 1820*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975, p.91.



No que toca ao juramento do cargo de deputado, verificou-se que os deputados João Gomes de Lima e Luís António Branco Bernardes de Carvalho não juraram o seu cargo, tendo renunciado ao mandato. Os demais deputados juraram o cargo entre os dias 24 de janeiro e 26 de fevereiro de 1821.

A próxima abordagem foi referente às menções nas diferentes obras utilizadas para a elaboração deste trabalho: No jornal *O Génio Constitucional* é feita menção à eleição de todos os deputados à exceção de Rodrigo Ribeiro Teles Silva e Castro. No jornal *O Correio do Porto*, é feita menção aos primeiros 20 deputados eleitos, sendo que as páginas que deveriam referir as eleições de António Pereira, José António Guerreiro, Joaquim José dos Santos Pinheiro, Francisco Xavier Calheiros e Rodrigo Ribeiro Teles da Silva e Castro se encontram omissas, não sendo possível retirar informações. No que diz respeito à menção no *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo...*, é feita menção a 23 deputados eleitos pelo Minho, sendo os deputados não mencionados João Pereira da Silva e Francisco Magalhães Araújo Pimentel. A única obra onde são mencionados todos os deputados é em *Galeria dos deputados das Cortes...*²⁰, embora não seja dedicado o mesmo número de páginas a todos os deputados.

Por fim, mereceu análise o juramento do texto da Constituição realizado a 1 de novembro de 1822. Dos 25 deputados eleitos em dezembro de 1820, apenas 5 não

²⁰ GORJÃO, José Damásio Roussado - *Galeria dos deputados das Cortes gerais e extraordinárias e constituintes da nação portuguesa (instauradas em 26 de janeiro de 1821)*, I *Época*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1822.

juraram o texto final, a saber, João Pereira da Silva, João Gomes da Silva, Joaquim Navarro de Andrade, Luís António Branco Bernardes de Carvalho e Rodrigo Ribeiro Teles da Silva e Castro.

3. O deputado José António Guerreiro

Realizada uma breve análise ao grupo de deputados eleitos pela província do Minho, chegou a altura de olhar atentamente para o deputado que nos propusemos a estudar. José António Guerreiro nasceu a 5 de dezembro de 1789 na freguesia de Lanhelas, concelho de Caminha. Filho de Bento José Dantas Guerreiro, matriculou-se na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Cânones e entre 1813 e 1816 foi sempre distinguido com o prémio de melhor aluno. Em 1815 obteve o grau de Bacharel e no ano seguinte o de Bacharel formado em leis. Foi juiz de fora de Mértola até ao ano de 1820, altura em que foi eleito para as Cortes Constituintes com 31 anos de idade. Após a entrada em vigor da Constituição de 1822 foi deputado nas Cortes Ordinárias pela divisão do Porto, tendo sido eleito também, para o Tribunal da Liberdade de Imprensa. Foi ministro interino do Reino e da justiça em 1823, tendo abandonado o cargo por D. João VI ter faltado à promessa de manter um ministério liberal no novo governo, na sequência da Vila-Francada. Em 1826, já no período cartista, apresentou propostas de alteração a diversos documentos em discussão, representou também no parlamento, as províncias do Minho, Beira e Estremadura, ocupou o cargo de vice-presidente das Cortes, tendo sido também ministro da justiça até 1827. No ano seguinte, vai para o exílio em Inglaterra em virtude do regresso do absolutismo com D. Miguel. Quando D. Pedro criou a regência na Ilha Terceira, ocupou o cargo de membro do Conselho de Regência, organizando planos de resistência aos absolutistas açorianos. É nesta altura que lança a obra *Manifesto dos direitos de S.M.F a senhora D. Maria II*²¹ em colaboração com o Marquês de Palmela. Um ano antes de falecer, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada por D. Pedro IV. Aquando do Cerco do Porto, José António Guerreiro encontrava-se embarcado na fragata *Alcion* que durante os combates foi afundada. Sobreviveu ao acidente, mas os ferimentos provocados por este acabaram por ditar o seu falecimento a 1 de agosto de 1834 na cidade de Lisboa aos 45 anos de idade.

²¹ GUERREIRO, José António; PALMELA (Marquês de) - *Manifesto dos direitos de S.M.F a senhora D. Maria II*. Rennes: J. M. Vatar, 1831.

3.1. O trabalho parlamentar de José António Guerreiro

Consideradas estas informações surge-nos a pergunta: José António Guerreiro enquadra-se no perfil dos deputados eleitos? Somos levados a concluir que sim, tanto a nível profissional, como no plano do seu trabalho parlamentar pois, era muito frequente debater com deputados eleitos pela província do Minho, chegando-se a verificar a corroboração de argumentos entre deputados.

Nos seus discursos, verifica-se uma linguagem muito cuidada, bem como a preocupação de seguir a sequência “Introdução, desenvolvimento da opinião, fundamentação e conclusão”. No que toca ao tamanho dos seus discursos, verifica-se uma grande variedade, sendo o seu maior discurso composto por, pelo menos²², 4405 palavras, proferido no dia 27 de junho de 1822²³. No que toca à sua personalidade, é possível constatar a sua sensibilidade, que muitas vezes sobrepôs aos interesses políticos e económicos da Nação. Era muito frequente justificar as suas opiniões com a “injustiça” patente nos textos em análise ou com o superior interesse das populações, geralmente as que mais estavam expostas aos problemas sociais. Ao longo do *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* é frequente verificar que José António Guerreiro interrompia os discursos de outros deputados para exigir silêncio ao plenário. Não se constatou que tivesse utilizado o ataque pessoal ou a demagogia nos seus discursos, sendo muito patente a sua humildade e educação no tratamento dos deputados. A sua humildade verifica-se, por exemplo, ao afirmar que não se tinha preparado para o debate de determinado tema, ou que simplesmente não possuía os conhecimentos necessários para poder opinar com conhecimento de causa sobre os assuntos abordados. Chegou a defender, no debate de dia 27 de junho de 1821²⁴, que os deputados que tivessem interesses sobre o tema debatido se deviam ausentar da sala, de forma a não influenciar o resultado da votação final. Por fim, merece atenção o número de menções e registo de assiduidade do deputado. Através da análise da tabela presente em anexo, é possível contar cerca de 402 menções ao seu nome, sendo que 109 dessas são referentes a dias em que faltou às reuniões do plenário. Dos 646 dias em que as Cortes estiveram reunidas José António Guerreiro interveio nos trabalhos de 293 dias, seja com discursos, leitura de indicações, projetos de decretos, pareceres das comissões parlamentares que integrou ou votações. Merecem destaque as

²² Justifica-se a utilização da expressão “pelo menos” pois é referido que, devido à dimensão da intervenção de José António Guerreiro, o escriba não conseguiu registar a totalidade do seu discurso.

²³ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 42, p.593. Disponível em: <https://goo.gl/cssrw9>. [Consultado a 04/05/2017].

²⁴ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 113, p.1369. Disponível em: <https://goo.gl/MUUYDF>. [Consultado a 04/05/2017].

observações feitas por José Damásio Roussado Gorjão em relação à assiduidade e à forma como a personalidade do deputado influenciava as suas prestações:

Sabemos que o ilustre deputado sofreu grave doença, e a isso atribuímos o grande número de faltas que deixamos mencionado. Também sabemos que possui bastante talento, e que muito louvadamente o emprega em sisuda e útil aplicação: nem de outra sorte poderia ter-se abalizado com distinção em alguns ou muitos debates de matérias importantes²⁵

Esta obra permite-nos identificar alguns dos temas discutidos nas sessões em que o deputado não esteve presente, nomeadamente a sessão onde se debateu se o rei poderia utilizar o veto suspensivo, ou por exemplo, a sessão onde se ponderou a expulsão do Reino de quem não quisesse jurar a Constituição. Deste modo, quando abordamos o alinhamento político do deputado, percebemos claramente que se inseria no grupo dos deputados gradualistas. A obra *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* caracteriza esta corrente política em Cortes. É referido que não se pode identificar este grupo de deputados com a moderação ou o centrismo político e/ou com o extremismo ou esquerdismo. Este grupo caracteriza-se pela sua elasticidade e conhecimento da sua base social de apoio. As suas influências estavam nos mestres e divulgadores da filosofia das luzes, livre cambismo, fisiocracia, laicismo e direitos do Homem e do cidadão. Todas estas correntes entravam em colisão com o Absolutismo, o Clericalismo, com os privilégios das classes dominantes ou com a ordem socioeconómica tradicional. Na opinião gradualista, a marcha para o Liberalismo seria feita faseadamente. Os autores afirmam que essa corrente possuía:

Uma sensibilidade muito viva para o que separava, metodologicamente e teleologicamente, o legislar e governar em regime liberal, do legislar e governar em regime absoluto²⁶

Essa visão política era motivada pela permanência, por vezes quase inconsciente, de rituais e métodos de atuação típicos das monarquias absolutas que chocavam o desejo de ação do grupo radical das Cortes.

3.1.1. A prestação na “Comissão de Negócios Políticos do Brasil”

Antes de iniciar a análise do trabalho de José António Guerreiro na “Comissão de Negócios Políticos do Brasil”, merecem menção as restantes Comissões parlamentares em que participou: “Comissão de Legislação”, “Comissão de acompanhamento das relações de Portugal com as Potências Barbarescas”, “Comissão de Pescarias”,

²⁵GORJÃO, José Damásio Roussado - *Galeria dos deputados das Cortes gerais e extraordinárias e constituintes da nação portuguesa (instauradas em 26 de janeiro de 1821), I Época*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1822, p-221.

²⁶DIAS, Graça Silva; DIAS, J. S. da Silva — *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Vol. I. Tomo II. 2.^a ed. Lisboa: INIC, 1986, p.765.

“Comissão Especial encarregada de redigir as Leis sobre a Organização das Relações Provinciais, regimento do Supremo Tribunal e Promoção da Magistratura”. Seguindo o conceito de Piteira Santos, José António Guerreiro pertencia ao leque de deputados cuja profissão era “magistrado/jurista²⁷”. Deste modo, seria de esperar que a sua prestação na “Comissão de Legislação” se destacasse. Ao fim de uma breve análise, constatamos que a prestação de José António Guerreiro nesta Comissão baseou-se na assinatura e leitura de decretos, não tendo sido possível perceber a influência do deputado nos pareceres da Comissão, uma vez que estes eram assinados por todos os seus membros.

José António Guerreiro foi nomeado para a “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” na sessão plenária de 12 de março de 1822²⁸. A ideia da criação de uma Comissão especial para o Brasil foi motivada pela leitura de duas cartas do Príncipe Real, em que se constatou que era vontade do povo brasileiro que D. Pedro lá permanecesse. Na discussão sobre a nomeação para a Comissão, José António Guerreiro afirmou:

Ainda que eu fosse nomeado Deputado pela província do Minho, [...] sou Deputado de toda a Nação portuguesa, tanto dos europeus como dos brasileiros. A minha obrigação é promover quanto estiver da minha parte a felicidade de um, e outro hemisfério²⁹

Através desta frase, é possível perceber a opinião do deputado em relação à questão de uma possível independência do Brasil: era obviamente contra, chegando ao ponto de assinar e ler um parecer da Comissão onde se recomendava que fossem tomadas medidas no sentido de conter todos os desejos de independência dos brasileiros³⁰. Aquando da discussão do parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre os procedimentos da Junta da Provincial de S. Paulo, José António Guerreiro foi argumentando sempre a favor a continuidade do Brasil no Império Português:

²⁷ SANTOS, Fernando Piteira - *Geografia e economia da revolução de 1820*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975, p.91.

²⁸ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 34, p. 445. Disponível em: <https://goo.gl/cfcBmM>. [Consultado a 27/03/2017].

²⁹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 34, p. 445. Disponível em: <https://goo.gl/p8o6e7>. [Consultado a 27/03/2017].

³⁰ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 39, p. 531. Disponível em: <https://goo.gl/uxFnWa>. [Consultado a 27/03/2017].

Não nego ao Brasil, [...], que no momento em que se trata de fazer o pacto social, qualquer individuo se possa separar [...]. Em virtude deste direito imprescritível as províncias do Brasil poderão fazer isto: seria, na verdade, a sua desgraça³¹.

Nas reuniões dos dias 2 e 4 de julho de 1822, um parecer da Comissão sobre a situação vivida no Brasil foi colocado à discussão, tendo o deputado defendido, a 2 de julho, que deveriam ser dados mais poderes às Juntas Provinciais, para que a ação do governo fosse mais eficaz³², no entanto, na discussão de dia 4 de julho afirmou que os povos brasileiros tinham uma tendência “natural” para a separação, chegando a dizer que se fosse criada legislação especial para o Brasil, isso ditaria a separação dos dois Reinos.

No que toca às menções do deputado neste campo, foram contabilizadas cerca de 20, fazendo parte deste número 3 menções por assinatura de pareceres, embora se parta do princípio que tenha assinado mais, 11 menções por leitura de indicações e pareceres e 6 menções por participação em debates. A última menção a esta Comissão parlamentar associada a José António Guerreiro é feita na sessão de dia 19 de agosto de 1822³³, em que o deputado assina o parecer que felicita o comportamento patriótico da Junta de Pará.

3.1.2. Discussão de temas relacionados com o Porto, Alto Minho e Alentejo

No que toca aos temas ligados diretamente à cidade do Porto, foi encontrado apenas um em que José António Guerreiro participa na discussão. Deste modo, abordaremos a sessão plenária do dia 22 de junho de 1821³⁴, em que se analisou um Requerimento dos habitantes da cidade do Porto que defendia a abolição do monopólio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. No início da intervenção, o deputado pediu que fosse lido na íntegra o Requerimento, ao que lhe foi respondido que não se sabia onde estava o documento. José António Guerreiro disse que achava muito estranho estar em discussão um documento que nem sequer estava presente em plenário. Após isto, proferiu o seu discurso, começando por referir as razões da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, argumentando que esta

³¹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 42, p. 593. Disponível em: <https://https://goo.gl/1pkZJv>. [Consultado a 29/03/2017].

³² *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 45, p. 665. Disponível em: <https://goo.gl/r1wxHT>. [Consultado a 29/03/2017].

³³ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 15, p. 180. Disponível em: <https://goo.gl/aJk9mK>. [Consultado a 29/04/2017].

³⁴ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 109, p. 1311. Disponível em: <https://goo.gl/3zUEgS>. [Consultado a 03/04/2017].

foi criada com o intuito de fazer face ao monopólio estrangeiro no comércio de Vinho do Porto que, de facto, teve efeitos na presença de estrangeiros, além de ter contribuído para o reconhecimento deste produto e para o aumento das áreas de cultivo. De seguida, José António Guerreiro concluiu que a extinção da Companhia permitiria o regresso do monopólio estrangeiro e o conseqüente desaparecimento do comércio do vinho. A segunda parte do seu discurso baseia-se na importância que a Companhia tinha na regulação dos preços do vinho, referindo mesmo que o fim da regulação da Companhia iria ditar a ruína financeira de muitas famílias. A votação desta proposta foi adiada, não tendo o deputado falado mais sobre o tema presente no Requerimento constatando-se, no entanto, que José António Guerreiro era manifestamente contra o fim do monopólio comercial da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Em relação à discussão de temas ligados à sua região natal, a 16 julho de 1821 foi apresentada uma Representação dos moradores de Valença do Minho, pedindo que não se proibisse a importação de peixe fresco da Galiza. Este texto foi apresentado por José António Guerreiro e foi remetido à “Comissão de Pescarias”. O parecer da Comissão foi conhecido meses mais tarde, a 23 de outubro de 1821 em conjunto com um Requerimento que dava queixa da decadência do setor das pescas, motivada pela introdução de peixe estrangeiro no Reino³⁵. Deste modo, a “Comissão de Pescarias” decretou a proibição da entrada de peixe estrangeiro no Reino, à exceção da região do Alto Minho pois:

[...] as terras da margem do Minho não têm outro pescado fresco para seu consumo mais do que o que lhe vem da Galiza por serem muito escassas as pescarias de Caminha; e considerando que não é justo que os habitantes destas terras sofram tão grave privação entendeu a Comissão dever permitir a introdução de pescado [...] pelos portos secos nestas terras somente³⁶

Outra ocasião em que José António Guerreiro participou numa discussão ligada ao Alto Minho, foi na sessão de 5 de julho de 1822³⁷, em que se discutia o projeto que estabeleceria as divisões eleitorais provisórias que seriam utilizadas nas eleições de deputados ainda nesse ano. Na sua pequena intervenção, o deputado defendeu que a localização das mesas de voto deveria ser num lugar geograficamente central. No caso da comarca de Viana do Castelo, as mesas de voto não deveriam situar-se nessa vila,

³⁵ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 207, p. 2754. Disponível em: <https://goo.gl/1aaTsz>. [Consultado a 10/04/2017].

³⁶ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 207, p. 2755. Disponível em: <https://goo.gl/xfr4zY>. [Consultado a 29/04/2017].

³⁷ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 48, p. 707. Disponível em: <https://goo.gl/mpAkKz>. [Consultado a 10/04/2017].

pois esta estava localizada numa extremidade. Deste modo, defendeu que os locais se instalassem em localidades como Ponte de Lima ou Valença.

Em penúltimo lugar, merece menção a discussão de um tema ligado ao Alentejo, pois José António Guerreiro foi juiz de fora da localidade de Mértola. A análise deste tema fornece-nos uma intervenção baseada no conhecimento adquirido entre 1818 e 1820³⁸, período em que ocupou esse cargo. Na sessão de 6 de julho de 1821³⁹, foi lida uma descrição feita por um lavrador alentejano acerca do contrabando de cereais. José António Guerreiro participou no debate, afirmando que, devido à extensão da raia portuguesa, a melhor forma de prevenção do contrabando de cereais era dar aos juizes das freguesias limítrofes os poderes para um combate eficaz ao contrabando. Caso se verificasse que o trabalho dos juizes das freguesias não dava frutos, defendeu que o governo tomasse medidas no sentido de averiguar as razões que levavam à ineficácia da fiscalização ao contrabando. Acabou a sua intervenção, defendendo que a utilização da força armada era inútil. Na discussão, os deputados intervenientes defenderam a utilização da força armada para combater este fenómeno. No fim de contas, decidiu-se, através de votação, que seria posto em prática o texto presente na Lei dos Cereais e que, conseqüentemente, seria utilizada a força armada para combater o contrabando de cereais vindos de Espanha.

A ligação do deputado ao Alentejo ficou bem patente quando, na sessão de 1 de agosto de 1822⁴⁰, apresentou as felicitações ao novo juiz de fora de Mértola, José Francisco de Assis Andrade, por ocasião da sua tomada de posse no cargo que José António Guerreiro tinha ocupado anteriormente.

3.1.3. A discussão dos projetos de lei da sua autoria⁴¹

No decorrer das sessões parlamentares, José António Guerreiro dedicou especial atenção aos temas do foro jurídico-legislativo, tendo apresentado dois projetos de lei. O primeiro projeto foi apresentado na sessão plenária de 15 de fevereiro de 1822 e pretendia a abolição dos privilégios pessoais de foro⁴². Nesse dia apenas foi dada a

³⁸ LAGARTIXA, Custódio — “GUERREIRO, José António (1789-1834)”. In CASTRO, Zília Osório de (dir.) — *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2002, p. 741.

³⁹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 120, p. 1454 Disponível em: <https://goo.gl/3fC6G4>. [Consultado a 10/04/2017].

⁴⁰ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 1, p. 3. Disponível em: <https://goo.gl/my2y9r>. [Consultado a 29/04/2017].

⁴¹ Os projetos de lei serão apresentados neste Relatório Final por ordem cronológica.

⁴² *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 15, p. 204. Disponível em: <https://goo.gl/bb9UCt>. [Consultado a 28/04/2017].

ordem de impressão do texto para ser discutido no futuro. No mês seguinte, na sessão de 4 de março⁴³, o deputado ofereceu mais conteúdo para ser incluído no artigo 5.º do texto do decreto, tendo novamente a discussão sido adiada até à sessão de 9 de março. Nessa sessão⁴⁴, clarificou os conceitos de “censo” – prestações que se pagam àqueles que arrendam um prédio - e “foro”, tendo este último conceito sido definido como “pensões enfiteutas pelos contratos pessoais”⁴⁵. No mesmo dia, desta vez na discussão do artigo 6.º do decreto, o deputado clarificou mais dois conceitos, desta vez o de “seareiro”⁴⁶ e de “jugadas”, tendo o primeiro conceito sido definido como “aqueles que lavram sem serem proprietários”⁴⁷. Na discussão de dia 21 de março⁴⁸, o deputado considerou justa a extinção de algumas pensões, que levavam a casos de existirem senhorios que recebiam duas vezes a mesma renda pela exploração da mesma terra. Chegou até a considerar que esse facto era um vestígio de Feudalismo. Outra sessão em que se discutiu este tema, foi a de dia 13 de abril de 1822⁴⁹, nomeadamente a discussão do artigo 14.º do projeto de lei. É de destacar o momento em que o deputado concordou com a afirmação de José Peixoto Sarmiento de Queirós, igualmente eleito pela província do Minho, dizendo que era nessa província que mais se pagavam pensões enfiteuticas, e que este hábito estava tão enraizado que não havia força de lei que acabasse com ele. De seguida, José António Guerreiro enunciou as razões que o levaram a votar a favor do texto deste artigo, afirmando:

[...] o cargo de pagar uma pensão não faz prosperar a família que a paga. [...] E não há coisa alguma que desanime mais o lavrador, do que ter ele de ver, que há de repartir com um terceiro. Nada há tão útil para o aumento da população e para a prosperidade nacional, do que a facilidade da transmissão de propriedade.⁵⁰

Por fim, merece menção a discussão de 20 de junho⁵¹ em que foram propostas alterações ao conteúdo do artigo 2.º pelo deputado Manuel de Serpa Machado, eleito pela província da Beira. Estas alterações previam a exceção da extinção dos privilégios de foro para juizes de crime e dos órfãos, até à conclusão do Código Civil. José António

⁴³ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 27, p. 347. Disponível em: <https://goo.gl/D6Frbf>. [Consultado a 28/04/2017].

⁴⁴ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 32, p. 424. Disponível em: <https://goo.gl/YYjgF2>. [Consultado a 28/04/2017].

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 32, p. 430. Disponível em: <https://goo.gl/SKvPwx>. [Consultado a 28/04/2017].

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 41, p. 562. Disponível em: <https://goo.gl/Gd44ca>. [Consultado a 28/04/2017].

⁴⁹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 56, p. 787. Disponível em: <https://goo.gl/ExDujm>. [Consultado a 29/04/2017].

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 37, p. 501. Disponível em: <https://goo.gl/ajzyFC>. [Consultado a 29/04/2017].

Guerreiro defendeu que estas alterações não deviam ser aprovadas pois dariam lugar a mais exceções, explicando que se abriam exceções aos órfãos deveriam também abrir-se exceções, por exemplo, a viúvas. No final de contas, as propostas foram aprovadas.

A última discussão encontrada no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* acerca deste tema data de 21 de junho de 1822⁵², em que se discutiu o artigo 5.º, referente também a exceções à abolição dos privilégios de foro. Desta sessão, o único ponto relevante que merece menção é a afirmação do deputado referindo-se aos privilégios, que segundo ele, nunca foram criados por necessidade, mas sim por “mercê ou graça”⁵³. Após esta data, não foram encontradas mais discussões relativas a este tema.

Apresentado na sessão de 26 de agosto de 1822⁵⁴, o segundo projeto de lei de José António Guerreiro era referente aos casos e formalidades relativos à realização de devassas na casa de qualquer cidadão. Este projeto foi elaborado em conformidade com o artigo 5.º do projeto da Constituição, que ordenava a criação de legislação especial para realização de devassas. As Cortes consideraram este projeto como urgente, logo fez-se uma segunda leitura e foi dada ordem de impressão do documento para ser admitido à discussão. Apesar da urgência da discussão deste projeto de lei, só na sessão de 12 de setembro de 1822⁵⁵ é que o tema voltou a ser discutido. Os artigos do projeto foram lidos, e apenas foi feita a discussão dos artigos que levantaram dúvidas ao plenário. Desse modo, o artigo 1.º do projeto foi aprovado. Na discussão do artigo 2º, o deputado Carlos Honório Gouveia Durão, eleito pelo Alentejo, e o deputado José Ferreira Borges, eleito pelo Minho, propuseram alterações ao texto: a primeira alteração teve a ver com o facto de nenhuma casa poder ser devassada durante a noite sem autorização de quem lá morava; a segunda teve a ver com as casas ilícitas de jogo, em que José Ferreira Borges propõe mudanças no vocabulário para não dar azo a más interpretações. José António Guerreiro refutou, dizendo que o artigo, da forma como estava escrito, não dava azo a más interpretações. Acrescentou ainda que a denúncia de uma casa ilegal de jogos devia ser feita por duas pessoas, a fim de evitar prejuízos a qualquer cidadão por uma denúncia falsa.

⁵² *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 38, p. 519. Disponível em: <https://goo.gl/R6cDdh>. [Consultado a 29/04/2017].

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 20, p. 243. Disponível em: <https://goo.gl/jtVrcU>. [Consultado a 30/04/2017].

⁵⁵ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 35, p. 417. Disponível em: <https://goo.gl/Lb8yo6>. [Consultado a 30/04/2017].

A última sessão em que se discutiu este tema realizou-se no dia 25 de setembro de 1822⁵⁶, tendo sido reformulado o número 2 do artigo 2º, que foi aprovado pelos deputados presentes. Passando à discussão do artigo 9.º, dois deputados acharam excessiva a pena que prevista para os funcionários públicos. Perder o emprego seria excessivo, segundo os deputados José Peixoto Sarmento Queirós e Manuel Serpa Machado, este último eleito pela província da Beira. José António Guerreiro afirma que quando o congresso lhe encomendou a elaboração do texto do projeto, se apercebeu logo da dificuldade da missão, dizendo apesar do pouco tempo que teve para o elaborar, o projeto até estava bem redigido. E no que dizia respeito às penas, considerou-as adequadas pois a devassa da casa de um particular, sendo feita por um funcionário público que atua sem autorização, era uma injúria, devendo esse funcionário ser considerado inimigo da Nação. Na opinião do deputado, o delito seria tanto mais grave, quanto maior fosse o cargo do funcionário que o realizava. O mesmo foi defendido em relação a militares, sendo estes julgados por leis próprias. Por fim, o presidente das Cortes propôs o adiamento da votação do artigo, tendo sido a proposta adiada. Esta foi a última vez que José António Guerreiro debateu sobre este projeto de lei nas sessões das Cortes.

Conclusão

Tendo-nos proposto a analisar os discursos do deputado nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, consideramos que o nosso objetivo foi cumprido, apesar das poucas vezes que não foi possível analisar intervenções devido a falhas no registo do discurso. No entanto, esse aspeto não nos limitou na perceção do estilo de intervenção de José António Guerreiro nem no desenvolvimento das questões de investigação que nos propusemos a responder.

Ao nível dos resultados obtidos na resposta à questão de investigação “Caraterização dos deputados minhotos à Constituinte”, consideramos que o nosso objetivo foi cumprido pois foi possível obter uma noção dos estratos sociais dos deputados eleitos, tal como as suas idades, além da menção de cada um na bibliografia que fomos consultando para a realização deste trabalho. No que toca aos estratos sociais, a investigação aos deputados do Minho às Cortes Constituintes permitiu perceber o predomínio dos magistrados, seguindo-se, em muito menor número, membros do clero, profissões Liberais, negociantes e militares. A maioria dos deputados eleitos, situava-se nos grupos etários 25-40 anos e 41-55 anos, com idêntico peso,

⁵⁶ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822, n.º 46, p. 557. Disponível em: <https://goo.gl/guiTo3>. [Consultado a 02/05/2017].

sendo bastante menos numerosa a categoria dos mais idosos. O estudo de caso do deputado José António Guerreiro confirma esta tendência: trata-se de um deputado “jovem”, mas já com experiência na magistratura. Em relação à questão de investigação (“A prestação na “Comissão de Negócios Políticos do Brasil””), é de notar a ideia defendida por José António Guerreiro de que se deveria aumentar as competências do poder local, sem nunca permitir uma independência total do Brasil. Na “Discussão de temas relacionados com o Porto, Alto Minho e Alentejo”, merece destaque a defesa da produção agrícola nacional na discussão do requerimento dos habitantes da cidade do Porto pedindo o fim do monopólio do comércio de vinho do Porto. Quanto à discussão dos temas ligados ao Alto Minho e ao Alentejo, a partilha do seu conhecimento das realidades regionais é um fator a ter em conta quando o deputado pretendia salientar os pontos de destaque desta questão de investigação. Por fim, na discussão dos seus dois projetos de lei, continua presente a exposição da realidade minhota na discussão do primeiro projeto apresentado, no entanto, a discussão do segundo projeto de lei, é manifestamente pequena, não sendo possível perceber o destino final do projeto, nem se foi aprovado ou posto em prática.

Durante a realização deste trabalho foi possível constatar temas que são passíveis de uma investigação aprofundada entre os quais, a realização de biografias para os deputados minhotos, ou a análise de discursos de mais deputados, no entanto, merece uma especial atenção a afirmação de Paulo Bento Torres em *José António Guerreiro, o liberal de Lanhelas imortalizado na Assembleia da República*, onde afirma que:

*[...] nem por isso os caminhenses conhecem como deveriam o nome de José António Guerreiro (1789-1845), grande figura do liberalismo português oitocentista [...] ainda à espera de um biógrafo que lhe faça justiça à sua memória*⁵⁷

⁵⁷ BENTO, Paulo Torres. (2013) – “José António Guerreiro, o liberal de Lanhelas imortalizado na Assembleia da República”. *Caminh @2000*, p. 212. Disponível em: <https://goo.gl/uaxDHk>. [Consultado a 16/12/2016].

Anexo 1

Compilação da atividade parlamentar de José António Guerreiro segundo o *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*

DATA	TEMAS	TIPO DE MENÇÃO/ATIVIDADE	POSIÇÃO/RESULTADO
27/01/1821	Verificação de Poderes do deputado	-	Prestou Juramento
06/02/1821	Concessão de Amnistia aos Portugueses que participaram na Invasão de Massena em 1810	Debateu	Lançou questões acerca da aplicabilidade desta Amnistia
07/02/1821	Eleição de membros para a “Comissão de Legislação”	-	Eleito com 39 votos
13/02/1821	Discussão do artigo 4 ^o das Bases da Constituição	Debateu	Defende que para que este artigo seja cumprido, é necessária a criação de legislação que faça efetiva a aplicação da justiça
14/02/1821	Discussão sobre a existência de censura exclusivamente nas obras religiosas	Debateu	Defende que não deve haver qualquer tipo de censura independentemente do tema
16/02/1821	Possível criação de uma Comissão parlamentar dedicada a analisar requerimentos	Debateu	Defende a criação de uma Comissão parlamentar dedicada a analisar requerimentos
22/02/1821	Para evitar que projetos de Lei tomassem força de leis, mandou-se substituir o nome das Cortes pelo nome do deputado proponente	Leu parecer da “Comissão de Legislação”	Estas propostas foram aprovadas
22/02/1821	Número de Câmaras a existir; Veto absoluto do Rei	Debateu	Defende a existência de apenas uma Câmara e defende o Veto absoluto do Rei
23/02/1821	Petição dos Moradores de Vila Boim, acerca duma Provisão do Desembargo do Paço, para ali não se venderem vinhos de fora do termo, em quanto os houvesse do mesmo termo; e sobre uma Representação do Corregedor de Portalegre acerca da prisão de salteadores, referindo-se a um projeto de Polícia	Leu propostas da “Comissão de Legislação”	Estas propostas foram aprovadas
24/02/1821	Temas Diversos	Leu informações da “Comissão de Legislação”	Foram aprovadas e/ou mandadas imprimir para futura discussão
26/02/1821	Explicação da orientação de voto	Debateu	Muda a sua orientação de voto: Vota contra o veto absoluto do Rei
27/02/1821	Direito de o rei usar o Direito de Petição	Debateu	Segundo ele, o uso do Direito de Petição por parte do rei põe em causa o sistema Constitucional
28/02/1821	Existência de Conselho de Estado	Debateu	Foi contra
02/03/1821	Existência de Conselho de Estado	Debateu	Segundo ele, “um Conselho de Estado criado pelas Cortes, e oferecido ao Rei, de nada

			serve, porque ninguém se pode aconselhar senão com pessoas da sua confiança, e raras vezes sucederá que o Rei tenha confiança em uma de três pessoas que pelas Cortes lhe foram oferecidas”
07/03/1821	Criação da “Comissão de acompanhamento das relações de Portugal com as Potências Barbarescas”	-	Nomeado.
08/03/1821	“Doutrinas” do capitão Bernardo de Sá	Debateu	Segundo as Bases da Constituição, já aprovadas, defende a concedida amnistia ao capitão
09/03/1821	Informações da “Comissão de Legislação”	Leu informações	A Comissão não tinha ainda apresentado os seus trabalhos a este respeito, pois os seus membros não os podiam concluir até à chegada de um documento que se tinha mandado pedir à regência, e que ainda não se tinha recebido
09/03/1821	Publicação das Bases da Constituição	Menção do Nome	Bases aprovadas
10/03/1821	Pagamentos a credores	Debateu	Deliberou-se que quando no artigo 1.º se fazia privativo dos Credores originários, se englobassem também os seus legítimos herdeiros, uma vez que pertencem à mesma herança
12/03/1821	Temas diversos	Leu informações da “Comissão de Legislação”	Foram aprovadas e/ou mandadas imprimir para futura discussão
13/03/1821	Distribuição de requerimentos pelas diferentes Comissões	Participa no debate, fazendo proposta à “Comissão de Agricultura”	Criação de “Comissão de Distribuição de Requerimentos”
14/03/1821	Projeto de Decreto de indulto dos Presos	Apresentou projeto de decreto da “Comissão de Legislação”	Aprovado
14/03/1821	Redação de um decreto para estabelecer a Liberdade da Fundição, e Comércio de Tipos, ou caracteres de Imprensa	Assinou	Suspensão da redação com base na resolução de 31 de outubro de 1766
14/03/1821	Petição para a impressão da obra <i>Os Direitos, e Deveres do Cidadão</i>	Apresentação do parecer da “Comissão de Legislação”	Aprovado
14/03/1821	Requerimento de João Baptista Peixoto da Maia	Apresentação de parecer da “Comissão de Legislação”	Aprovado
15/03/1821	Parecer da “Comissão de Saúde”	Debateu	É contra o conteúdo deste parecer, embora o mesmo fosse aprovado
15/03/1821	Envio de uma carta a D. João VI	Assina a carta	-
16/03/1821	Comutação da pena de degredo de Venâncio José, Furriel da 1.ª Companhia do Regimento n.º 16	Apresentação do parecer da “Comissão de Legislação”	Aprovado. Declarado urgente o debate sobre um decreto acerca de comutação de penas

16/03/1821	Decreto de Perdão do Capitão José Maria da Silveira e do Alferes José António da Monta	Leu o decreto	Aprovado
17/03/1821	Pagamentos de indemnizações a proprietários que viram os seus bens expropriados	Debateu	Defende que só se devem pagar quando estes privilégios foram estabelecidos por aforamentos ou contrato de Cidadãos sobre os bens próprios.
20/03/1821	Urgência na declaração de “beneméritos da Pátria” aos cidadãos que participaram nas revoltas de agosto e setembro. Pede-se que este tema seja discutido o mais rápido possível	Debateu	Foi criada uma Comissão destinada a determinar quem são os beneméritos
21/03/1821	Requerimento do desembargador José de Carvalho Martins da Silva Ferrão	Leu parecer da “Comissão de Legislação”	Aprovado
21/03/1821	Requerimento, dos Moradores da Vila de Olhão	Leu requerimento	Remetido à “Comissão de Estatística”
21/03/1821	Recurso de Galdina Maria Eugénia Marcelli, Viúva de Filipe Marcelli e seus legítimos Herdeiros	Assina parecer da “Comissão de Legislação”	Remetido à regência
23/03/1821	Se as Mercês da vida ou vidas deveriam verificar-se nos mesmos bens ou Comendas concedidas ou se indistintamente em quaisquer outros rendimentos equivalentes	Debateu	Decidiu-se que seria nos mesmos bens ou comendas designadas nas Mercês já feitas.
24/03/1821		Faltou	
26/03/1821		Faltou	
27/03/1821		Faltou	
28/03/1821		Faltou	
30/03/1821		Faltou	
30/03/1821	Requerimento do deputado	Leitura	Licença concedida
31/03/1821		Faltou	
03/04/1821		Faltou	
04/04/1821		Faltou	
05/04/1821		Faltou	
06/04/1821		Faltou	
07/04/1821		Faltou	
10/04/1821		Faltou	
14/04/1821		Faltou	
16/04/1821		Faltou	
17/04/1821		Faltou	
24/04/1821		Faltou	
26/04/1821		Faltou	
27/04/1821		Faltou	
28/04/1821		Faltou	
30/04/1821		Faltou	
01/05/1821		Faltou	
02/05/1821		Faltou	
04/05/1821		Faltou	
05/05/1821		Faltou	

07/05/1821		Faltou	
08/05/1821		Faltou	
09/05/1821		Faltou	
10/05/1821		Faltou	
11/05/1821		Faltou	
12/05/1821		Faltou	
14/05/1821		Faltou	
15/05/1821		Faltou	
16/05/1821		Faltou	
17/05/1821		Faltou	
18/05/1821		Faltou	
19/05/1821		Faltou	
22/05/1821	Existência de uma Representação da Regência do Reino	Debateu	Defende que este tema merece uma reflexão mais aprofundada
23/05/1821	O escrivã não conseguiu ouvir o discurso do deputado		
23/05/1821	Revogação da ordem de prisão domiciliária ao Conde do Sabugal	Debateu	Defende que a regência deve ser ouvida neste caso
24/05/1821	Abolição de arruamentos	Debateu	Dada a falta de conhecimentos acerca deste tema, defende que se deve votar
26/05/1821	Procedimento contra o ministro dos Negócios do Reino	Debateu	Defende que as Cortes devem autorizar a regência do Reino a fazer uma lei que resolva a questão. Defende também que todas as acusações devem ser feitas por escrito
28/05/1821	Parecer da “Comissão de Legislação”	Assina o parecer	A Comissão considerou que em todos os outros países onde há Corpos Legislativos estes não aparecem em atos de corporação, noutro lugar que não seja o das suas sessões. As Cortes devem adotar essa prática
29/05/1821	Abertura de Cartas destinadas às autoridades públicas, civis, eclesiásticas e aos grandes do Reino	Debateu	Votou para que se criasse uma Comissão especial de análise do tema
01/06/1821	Discute-se o facto de os deputados se branquearem uns aos outros	Debateu	Considera injuriosa a declaração de Borges Carneiro.
01/06/1821	Extinção da “Comissão de Petições”	Debateu	Defende a continuidade desta Comissão.
01/06/1821	Propriedade de obras após a morte do autor	Debateu	Votou que a propriedade de uma obra deve ser dos herdeiros do autor durante 20 anos.
04/06/1821	Parecer da “Comissão de Legislação”	Assinou parecer	Defende a revisão de um parecer dado por outra Comissão, nomeada pela regência.
04/06/1821	Parecer da “Comissão de Legislação”	Assinou parecer	Considera que é mais seguro um parecer da Comissão de Agricultura
04/06/1821	Parecer da “Comissão de Legislação”	Assinou parecer	A Comissão recomenda que se reforme a Lei da cobrança dos impostos nas comarcas
05/06/1821	Possível extinção da “Comissão de Negócios da Marinha”	Debateu	Defende a continuidade da Comissão
05/06/1821	Autorização da importação de lãs espanholas	Debateu	É contra. A autorização levaria à ruína os produtores de lã e de gado portugueses
05/06/1821	Quantidade de fiança dada às lãs espanholas importadas por Portugal	Debateu	Propõe que seja dada a metade do valor das lãs
06/06/1821	Petição para o cruzamento de informações no processo de acusação ao ministro dos negócios do Reino	Debateu	Defende que a petição deve ser entregue à “Comissão de Petições”, tal como era normal acontecer

07/06/1821	Pedido de Licença de Saúde devido à quantidade de trabalho da “Comissão de Legislação”	Solicita o aumento de membros da “Comissão de Legislação” para se conseguir dar resposta à quantidade trabalho	São nomeados 5 novos membros.
08/06/1821	Lei da Liberdade de imprensa (artigo 30.º)	Debateu	Defende que a suspensão de um escrito deve ser feita apenas por motivos muito fortes, depois de avaliadas as devidas consequências do mesmo
08/06/1821	Apreensão provisória de obras que possam ser “nocivas”	Debateu	Considera esta medida prejudicial para escritores e vendedores. Defende que se criem condições para que esses casos não aconteçam
09/06/1821	Lei da Liberdade de Imprensa (artigo 30.º)	Pede ao Congresso para que o seu nome seja acrescentado aos votos	O voto considera que a apreensão e livros deve apenas ser feita no 1.º e 2.º caso mencionados no artigo 11.º da mesma Lei.
09/06/1821	Parecer das comissões de Comércio, Fazenda e Artes sobre a fábrica de Portalegre	Debateu	Considera que não se deve votar já devido ao número de deputados que faltam e ao desconhecimento que tem desta matéria.
09/06/1821	Parecer da “Comissão Especial para a Avaliação da Atuação dos Diplomatas Portugueses no Estrangeiro”	Debateu	Defende que se deve fazer um decreto de perdão a todos os diplomatas que tenham praticado crimes até à publicação da amnistia. Para os que praticaram crimes após a amnistia defende a retirada da nacionalidade
09/06/1821	Lei da Liberdade de Imprensa (artigo 37.º)	Debateu	Insistiu que a prisão de um autor não é uma pena
12/06/1821	Extinção da Junta do Comércio	Debateu	Defende que para se decidir sobre este tema deve-se chamar às Cortes o ministro do comércio
12/06/1821	Lista de comissões e respetivos membros	Menção do nome na “Comissão de Pescarias”	-
12/06/1821	Parecer da “Comissão de Artes” acerca da fábrica de papel da Lousã	Assinou o parecer	A Comissão partilha a mesma opinião da regência, defendendo uma nova arrematação da fábrica.
14/06/1821	Empréstimo de 20 milhões de cruzados ao Banco Nacional do Brasil	Debateu	Propõe que este empréstimo não seja concedido e que as Cortes aprove um decreto que informe todos os Reinos que esta decisão foi tomada. Foi chumbado
14/06/1821	Continuação da discussão do parecer da “Comissão Especial para a Avaliação da Atuação dos Diplomatas Portugueses no Estrangeiro”	Debateu	Tenta clarificar factos: é necessário decidir se os que praticaram estes crimes continuam a ser portugueses ou não. Decidiu-se pela perda da nacionalidade
15/06/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda”	Debateu	Defende que a Comissão deve facultar aos deputados os dados para que se possa discutir o conteúdo do parecer
16/06/1821	Lei da Liberdade de Imprensa (artigo 48.º)	Debateu	Defendeu que sem se determinar se a obra é abusiva, não se podia investigar quem era o

			responsável pelo crime. Propôs as seguintes divisões do artigo: 1.ª se na obra denunciada há abuso da Liberdade de Imprensa? 2.ª se o autor é o criminoso? 3.ª em que grau é criminoso?
18/06/1821	Parecer da “Comissão de Instrução Pública”	Debateu	Defende que é a Junta da Diretoria Geral dos Estudos possuía conhecimento do caso apresentado
18/06/1821	Parecer da “Comissão de Comércio”	Debateu	Defende que a regência faça o apuramento dos preços praticados nas viagens de navegação costeira para depois se poder verificar se há abusos nos preços praticados.
19/06/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” acerca de pagamentos ao Monte-Pio	Debateu	Defende que para serem feitos os pagamentos é necessário saber qual é a receita do Monte-Pio
19/06/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” acerca sobre a melhor e mais justa distribuição dos rendimentos Nacionais	Debateu	Pede ao Presidente para não votar, porque não se tinha preparado para a discussão deste tema, uma vez que não estava na ordem de trabalhos
19/06/1821	Projeto de Decreto sobre lãs	Debateu	Defende modificações no projeto, pois na sua forma original, favoreceria a entrada de lãs espanholas no Reino
20/06/1821	Projeto sobre coleta eclesiástica (artigo 8.º)	Debateu	Considera o conteúdo do artigo justo e adequado. O artigo foi aprovado
20/06/1821	Projeto sobre coleta eclesiástica (artigo 9.º)	Debateu	Defende que o valor mínimo a pagar deve ser igual para todos. Considera que os valores devem variar apenas de cidade para cidade
20/06/1821	Voto pela divisão dos impostos eclesiásticos	Assinou o voto	Os impostos recebidos pela Igreja serviriam para amortizar a dívida pública e pagar despesas urgentes do Estado
22/06/1821	Requerimento dos habitantes da Cidade do Porto para a abolição do monopólio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro no comércio de vinho	Debateu	É contra o fim do monopólio, pois levaria à extinção da Companhia e à falência de produtores
25/06/1821	Projeto para a redução do número de funcionários da Secretaria dos Negócios do Reino.	Debateu	Defende que para que esta medida tenha efeito necessita de ser publicada em decreto.
26/06/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” acerca da utilização dos impostos eclesiásticos	Debateu	Defende o mesmo que a 20/06/1821.
27/06/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre uma melhor repartição dos rendimentos nacionais	Debateu	Critica este parecer pois está baseado em estatísticas que se contradizem. Defende que as medidas tomadas para o controlo do défice não defendem os interesses da população. Vota contra este parecer e defende que se deve suspender a sua discussão enquanto o ministro não apresentar os dados corretos.
28/06/1821	Continuação do tema anterior	Debateu	Continua a sua argumentação para justificar o seu voto contra. Apoiava Manuel Fernandes

			Tomás a fim de ser apresentado um parecer da regência acerca do tema
30/06/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” acerca do valor dos pagamentos das prestações do Rei e da Casa Real	Debateu	Propõe o estabelecimento de quantias mínimas, para não se criarem situações de divergência entre os poderes
30/06/1821	Gestão do dinheiro fornecido ao Rei	Debateu	Defende que o dinheiro deve ser gerido pelo rei
30/06/1821	Valor da quantia a ser facultada ao rei	Debateu	Apresenta o lucro da casa real e defende que deve apenas ser facultado o valor que permita que a família real viva com a decência e o esplendor dignos da situação.
30/06/1821	Atribuição de quantias monetárias à princesa D. Maria Teresa e ao seu filho D. Sebastião	Debateu	É a favor da atribuição de uma prestação, no entanto considera que se devem tirar todas as palavras do artigo que levem à criação de problemas com a corte espanhola
30/06/1821	Possibilidade de os frades serem conselheiros de Estado	Debateu	Defende que os frades são “tendentes a uma cega obediência, seja a qualquer mandado despótico; por isto tem contraindo hábitos que os tornam incapazes de aconselhar uma lei constitucional”
02/07/1821	Leitura final do texto da Lei da Liberdade de Imprensa	Debateu	Considera que depois da votação desta lei não se devia voltar a ler o texto para não dar aso a novas alterações
02/07/1821	Requerimento do Congresso do Sabugal	Debateu	Os deputados votaram para que se adiasse a discussão deste texto. Deste modo, o deputado perguntou de quem era a culpa de se ter mencionado este texto
03/07/1821	Escolha dos deputados que iriam receber D. João VI na sua chegada a Lisboa	Debateu	Requeriu a leitura do texto que estipulava o protocolo a seguir neste caso
04/07/1821	Leitura da resposta de D. João VI ao discurso do Presidente das Cortes	Debateu	Propôs que a resposta do rei fosse mandada à “Comissão de Legislação” para se avaliar se existia alguma coisa que fosse contestada.
05/07/1821	Propôs às Cortes que cada vez que uma deputação saísse em representação das Cortes, estas fossem informadas da sua atividade	-	A proposta foi aprovada
05/07/1821	Decreto sobre a abolição das Almoçarias.	Debateu	Defende a abolição de mais taxas e requer à Comissão que examine essa possibilidade.
06/07/1821	Leitura de uma descrição feita por um lavrador alentejano acerca do contrabando de cereais	Debateu	Considera inútil o combate ao contrabando através de força armada, preferindo a prevenção através das autoridades locais
06/07/1821	Discussão acerca do modo de apresentação da lista de candidatos ao Conselho de Estado a D. João VI	-	Propôs que a lista fosse transformada em decreto. A proposta foi aprovada
06/07/1821	Projeto de organização de Comissões fora das Cortes	Debateu	É contra este projeto por ser anticonstitucional
07/07/1821	Parecer da “Comissão de Comércio” acerca do artigo 26.º do Tratado de 1810	Debateu	Contra a sua vontade, defende que seja concedido um prazo para se avisar os ingleses das alterações ao artigo 26.º. Defender o contrário seria de “má fé”

09/07/1821	Resposta da “Comissão de Constituição” ao discurso do rei no dia do juramento das bases da Constituição	Debateu	Recomenda que se dirija uma Comissão ao rei a fim de o alertar para os erros do seu discurso
09/07/1821	Requeriu ao ministro da marinha de informações acerca do estado político do Brasil e dos meios mais eficazes para reprimir as “discordâncias nascentes” no Rio de Janeiro	-	O requerimento foi aprovado
10/07/1821	Projeto n.º 155 sobre o exército de Portugal e Brasil que previa a criação de um só exército para todos os domínios portugueses	Debateu	Considera impossível a criação de um só exército em todo o Império, sendo mais adequada a criação de dois exércitos do Reino Unido
10/07/1821	Discussão do projeto n.º 155 (artigo 4.º)	Debateu	Propôs que fossem retiradas do texto as palavras “quartéis fixos”. A proposta foi rejeitada
11/07/1821	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre o discurso de D. João VI no dia do juramento das bases da Constituição	Debateu	Defendeu que o texto deveria ser votado
11/07/1821	Alterações ao parecer da “Comissão de Constituição” sobre o discurso de D. João VI no dia do juramento das bases da Constituição	Debateu	Considera que, apesar de algumas expressões anticonstitucionais, não se devem fazer mais alterações ao texto do discurso do rei
12/07/1821	Parecer da “Comissão de Legislação” sobre o requerimento de Francisco Soares Caldeira Guimarães Moreira para se revogar a ordem presente no 5.º Livro de Ordenações, título 75, artigo 1.º	Assinou parecer	A Comissão recomenda que este requerimento seja analisado pela “Comissão de Agricultura”
14/07/1821	Lei do Sal	Debateu	Defende que esta lei deve prever o aproveitamento de terrenos que não eram úteis para outras culturas.
16/07/1821	Leitura de um ofício do Governo da Baía, acompanhado de vários documentos, em que se dá conta das medidas, e providencias adotadas por aquele Governo	Debateu	É contra os louvores propostos ao Governo da Baía. Segundo ele, não se devem atribuir louvores baseados apenas na leitura de documentos. A ideia é rejeitada. Após esta decisão das Cortes, propõe que se crie uma comissão de análise do tema. A proposta é rejeitada
16/07/1821	Memórias sobre a agricultura do Campo de Ourique; Representação dos moradores de Valença do Minho, pedindo que se conserve livre, como até aqui, a entrada de peixe fresco da Galiza	Apresentou os textos	Os textos foram remetidos às respetivas Comissões
16/07/1821	Moção respeitante à conduta do ministro dos Negócios Estrangeiros	Debateu	Opôs-se à moção defendendo que as Bases da Constituição deixaram ao Rei a livre escolha dos seus ministros, e que era ao mesmo que competia tomar alguma decisão sobre o tema

16/07/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre as delegações portuguesas no estrangeiro	Debateu	Requereu que a Comissão lê-se o parecer do ministro dos Negócios Estrangeiros a fim de o parecer ser votado com maior consciência
17/07/1821	Decreto sobre a Força armada do Reino Unido	Debateu	Pediu para se ler a ata do dia em que este tema foi discutido com o fim de averiguar se existiam erros no decreto
17/07/1821	Parecer da “Comissão de Agricultura” sobre uma consulta da Junta do Comércio de 29/05/1821, relativa ao requerimento dos fabricantes de aletria, macarrão, e outras massas	Debateu	É contra o parecer da comissão. Defende que Portugal não tem capacidade industrial que permita a proibição da importação de massas estrangeiras
19/07/1821	Criação de uma Comissão Diplomática permanente	Debateu	Critica os deputados que defendem que a criação da Comissão é anticonstitucional, afirmando que são críticas vagas
21/07/1821	Moção relativa à multiplicação das audiências no Juízo da correção do tribunal cível da Corte	Debateu	Defendeu que este tema não deveria ser discutido já, pois estava próxima a discussão sobre a extinção ou aumento dos juizes do Juízo da correção do tribunal cível da Corte
23/07/1821	Discussão do projeto da Constituição (título IV, alínea 8, artigo 105.º)	Debateu	Considera que este artigo deve ser melhorado. Esta ideia é defendida por um grande número de deputados. As emendas foram aprovadas
23/07/1821	Leitura de indicações de deputados a fim de o congresso remeter informações relativas ao General Lecor.	Debateu	Considera que não existe inconveniente nenhum no facto de o congresso receber essas informações
26/07/1821		Faltou	
27/07/1821		Faltou	
28/07/1821		Faltou	
30/07/1821		Faltou	
31/07/1821		Faltou	
03/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 22.º)	Debateu	Considera que deve fazer-se a distinção de cidadãos Portugueses com pleno exercício dos seus direitos, e cidadãos Portugueses que não tem o pleno exercício dos seus direitos. Considera que não se deve fazer a divisão entre cidadãos
03/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 25.º)	Debateu	Considera que não se deve adiar a discussão do artigo. Expõe que se deve atribuir liberdade de culto religioso a estrangeiros
06/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 25.º)	Debateu	Considera uma injustiça a liberdade religiosa ser autorizada para estrangeiros e não aos portugueses. Considera que a tolerância é o segredo da paz social. A discussão foi adiada
08/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 25.º)	Debateu	Embora considere que a religião católica é a única verdadeira, é totalmente a favor da liberdade de culto religioso
08/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 26.º)	Debateu	Considera que a soberania não reside apenas no poder legislativo, mas também no judicial e executivo

09/08/1821	Extinção do cargo de Capitão-Mor	Debateu	Considera que os capitães-mor só servem para afligir os povos e que são gastos mais de 1000 cruzados em salários com esses capitães
13/08/1821		Faltou	
14/08/1821		Faltou	
14/08/1821	Parecer da “Comissão de Pescarias” sobre o requerimento de António da Silva Ribeiro Bom jardim, que pretendia ser o administrador da casa da sisa do pescado fresco de Lisboa	Assinou o parecer	O Requerimento é remetido ao governo para que se possa decidir convenientemente sobre o assunto
16/08/1821	Leitura de recomendação de Borges Carneiro ao governo refletindo sobre pagamentos com duas terças partes em papel	Debateu	Recomenda que se declare a quantia que entra em papel e a que entra em metal
18/08/1821	Parecer da “Comissão de Comércio” sobre o tabelamento de preços	Debateu	Defende que o preço dos produtos seja fixado pelo país de origem, de forma a evitar fraudes e injustiças
21/08/1821	Ofício do Governo remetido à “Comissão de Instrução Pública” sobre prevenção do contrabando de cereais	Debateu	Considera que este tema não compete às Cortes
21/08/1821	Parecer da “Comissão de Pescarias” sobre o requerimento de José Maria Pereira requerendo que os diretores da Companhia de Pescas do Algarve fossem obrigados a apresentar o balanço do estado atual da companhia	Leu o parecer	A Comissão considera necessária a publicação dos resultados da Companhia de Pescas
22/08/1821	Leitura de indicação ao governo para que se regularizem os pagamentos dos juizes da Casa da Suplicação e dos Tribunais	Debateu	Considera que este tema deve ser analisado pela “Comissão de Fazenda”
22/08/1821	Discussão do projeto de Constituição (artigo 33.º)	Debateu	Defende que a primeira parte do artigo devia ser aprovada. A segunda não
22/08/1821	Discussão do decreto da “Comissão de Redação sobre o Laço Nacional”	Debateu	Considera que não se deve assinalar o dia 15 de setembro, mas sim o 24 de agosto
23/08/1821	Discussão do parecer da “Comissão de Constituição” sobre a atribuição de competências aos governos ultramarinos	Debateu	Defende que devem existir tropas portuguesas no Rio de Janeiro. É a favor da substituição da tropa que lá se encontra para que os soldados que lá estão regressem a casa
25/08/1821	Envio de uma expedição ao Rio de Janeiro	Debateu	Considera que o facto de estarem a chegar 9 deputados de Pernambuco não deve influenciar a votação
28/08/1821	Leitura de Indicação ao governo sobre libertação de presos	Debateu	Apoia a primeira parte da indicação, e é contra a segunda por considerar um ato de despotismos opor-se à sentença de uma pessoa que foi solto por um indulto
28/08/1821	Proposta de Manuel Fernandes Tomás sobre eliminação de burocracias no Comércio	Debateu	Considera que se devem criar comissões de acompanhamento dos negócios nos portos de mar e nos portos secos
28/08/1821	Dúvida levantada sobre o uso da frase “Não pertence às Cortes”	Debateu	Defende que a utilização dessa frase deve ser votada

29/08/1821	Criação da nova moeda nacional	Debateu	Considera necessário que a nova moeda tenha o valor de 1 cruzado, pois já existiam duas moedas do mesmo valor
29/08/1821	Realização de eleições diretas ou indiretas	Debateu	Defende a realização de eleições diretas, de forma a aproximar o povo da política
30/08/1821	Indicação do deputado Francisco Moniz Tavares para que seja concedida amnistia aos presos de África e da cidade de Pernambuco	Debateu	Defende que o tema seja discutido em forma de artigo e com o parecer da Comissão
31/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 33.º)	Debateu	Considera que só se deve poder votar aos 25 anos
31/08/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 34.º)	Debateu	Considera que a renovação da câmara pela maioria não convinha de maneira alguma e que seria um meio poderosíssimo para conservar todos os abusos do corpo legislativo
01/09/1821	Faltou		
03/09/1821	Faltou		
04/09/1821	Votação de requerimentos	Faz observação ao resultado de votação de um requerimento	Considera que deve ser concedido um perdão a um réu que serviu as tropas francesas no tempo das invasões
06/09/1821	Proposta ao Governo	É o autor da proposta	Pede para que sejam enviados diários e exemplares de leis em número suficiente para todos os deputados
06/09/1821	Discussão do Preâmbulo do Regimento do Conselho de Estado	Debateu	Propõe que seja obrigatório que as atas das reuniões sejam assinadas por todos os membros do Conselho de Estado
07/09/1821	Proposta ao Governo	É autor da proposta	Propõe que seja facultada à “Comissão de Pescarias” uma lista sobre o número de barcos, número de pescadores e funcionários de pesca de Lisboa, a fim de se poder elaborar a reforma do setor
07/09/1821	Discussão do Regimento do Conselho de Estado (artigo 8.º)	Debateu	A fim de se estabelecer uma boa relação entre o rei os conselheiros, considera que este artigo deve retomar à “Comissão de Constituição” a fim de ser melhorado
07/09/1821	Discussão do Regimento do Conselho de Estado (artigo 10.º)	Debateu	Considera que os clérigos devem ter acesso ao Conselho de Estado através de concurso. No que toca aos diplomatas, considera que estes devem ser nomeados
10/09/1821	Faltou		
11/09/1821	Requerimento da Câmara de Torres Novas solicitando verbas para reparação em estrada	Debateu	Recomenda que o governo averigue se é realmente necessário fazer as reparações na estrada
12/09/1821	Discussão do Regimento do Conselho de Estado (artigo 10.º)	Debateu	Propõe que nas propostas do Conselho de Estado precedesse sempre concurso, até para os Bispados
12/09/1821	Indicação para que os empregos da Diplomacia sejam igualmente conferidos por meio de propostas por listas triplicadas apresentadas pelo Conselho de Estado	Debateu	Afirma não ter conhecimento das leis que regulem os concursos para ofícios na fazenda e na justiça. Deste modo, pede para se lerem essas leis

13/09/1821	Indicação para que se construa uma nova cadeia em Lisboa	Debateu	Servindo-se do tema, expõe as condições da cadeia de Mértola e propõe que também se construa uma cadeia na vila
13/09/1821	Promoções no exército	Debateu	Defende a extinção das promoções
13/09/1821	Indicação ao governo para que se construa uma cadeia em Mértola e uma ponte na Ribeira de Terres	Leu indicação	Foi aprovada
17/09/1821	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre o requerimento do Conde dos Arcos	Debateu	Chama à atenção para o facto de se continuar a discutir um tema que já foi votado
18/09/1821	Indicação para que se aplique a todos os portos de Portugal, a providencia tomada a favor dos vinhos, águas-ardentes, e azeites que se exportam do porto da Figueira da Foz	Leu indicação	Foi aprovado
18/09/1821	Artigo adicional ao Regimento do Conselho de Estado	Debateu	Considera que o texto devia ser apresentado sob forma de decreto, de forma a ter mais clareza no texto
20/09/1821		Faltou	
21/09/1821		Faltou	
22/09/1821		Faltou	
24/09/1821		Faltou	
25/09/1821		Faltou	
26/09/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 172.º)	Debateu	Afirma que só aprova o artigo com a adição de uma cláusula que estabeleça o pagamento de uma fiança pelo preso
27/09/1821	Proposta para que se estenda a todos os portos de Portugal, a providência tomada a favor dos vinhos, águas ardentes, e azeites que se exportam do porto da Figueira para outros do Reino para daí serem reexportados por baldeação, ficando salva a proibição de se importarem vinhos pela foz do Douro	Leu proposta	Remetida à “Comissão de Comércio”
02/10/1821		Faltou	
03/10/1821		Faltou	
05/10/1821		Faltou	
06/10/1821	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre o requerimento do Monsenhor Nóbrega	Apresentou declaração de voto	Considerava que as Cortes não estavam à altura desse tema, recomendando que fosse criada uma Comissão <i>ad hoc</i> para a sua análise
06/10/1821	Parecer da “Comissão Eclesiástica” sobre a denúncia de um padre de Braga afastado do cargo em 1820 por denúncias e calúnias	Debateu	Solicitou ao presidente para que se parasse de discutir esse tema por ser fundado em boatos
06/10/1821	Leitura de um ofício do ministro da fazenda	Debateu	Pede ao ministro que altera os seus modos de escrever pois o seu texto contém expressões anticonstitucionais

06/10/1821	Parecer da “Comissão da Instrução Pública” sobre a jubilação do Reitor da Universidade de Coimbra	Debateu	Considera que o pedido deve ser novamente observado pela Regência do Reino
09/10/1821		Faltou	
10/10/1821		Faltou	
11/10/1821	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre sisas	Debateu	Pede ao conselho da fazenda que seja facultada uma lista relativa à repartição de sisas de forma a serem cortadas despesas
12/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (2.ª parte do artigo 74.º)	Debateu	Considera que os bispos não podem ser eleitos, à exceção dos locais sede da sua diocese.
13/10/1821	Discussão do parecer da “Comissão de Fazenda” apresentado no dia 12/09/1821	Debateu	Considera que o aumento dos preços deve ter em conta as outras potências. Considera que nas pautas de alfândega se ponham apenas as avaliações dos géneros
15/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 74.º)	Debateu	Considera que se devem excluir da eleição párocos, bispos e chefes de milícias
16/10/1821	Parecer da “Comissão de Instrução Pública” sobre o requerimento de Joaquim Xavier da Silva	Debateu	Considera que as Cortes devem fazer uma exceção à lei que proíbe a jubilação do reitor da Universidade
17/10/1821		Faltou	
18/10/1821	Indicação de Borges Carneiro para que sejam solicitadas ao Papa bulas que facilitem as secularizações dos frades e freiras do Reino	Debateu	Instou para que esta medida fosse geral e se aplicasse a todos os bispados do Reino
19/10/1821		Faltou	
20/10/1821	Determinação das Cortes para que o Governo forneça os autos de contas das sisas de 1820	Debateu	Defende que não sejam enviados apenas resumos, mas sim uma certidão exata das contas de 1820
20/10/1821	Indicação da “Comissão Eclesiástica” sobre as bulas que devem ser pedidas a Roma	Debateu	Considera que não se deviam pedir bulas ao Papa, pois as Cortes tinham autoridade para o fazer
20/10/1821	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre as dúvidas do brigadeiro José Maria de Moura, nomeado governador de Pernambuco (artigo 6.º)	Debateu	Concorda que não se devem ceder casas aos generais nomeados. Isso seria um prejuízo para o Reino
20/10/1821	Parecer da “Comissão de Constituição” relativamente aos tribunais do Rio de Janeiro (artigo 1.º)	Debateu	Considera que a decisão de encerrar os tribunais deve ser analisada caso a caso
22/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 78.º)	Debateu	Aprova todo o artigo, considerando que um deputado não pode estar isento de julgamento
23/10/1821	Requerimento de Domingos Costa	Apresentou o requerimento	Foi aprovado
23/10/1821	Parecer da “Comissão de Pescarias” sobre o requerimento de pescadores da Póvoa de Varzim queixando-se do preço das licenças que pagam para construir novos barcos	Leu o parecer	Foi aprovado. As Cortes ordenaram a suspensão da aplicação das licenças

23/10/1821	Parecer a “Comissão de Pescarias” ao requerimento de Pedro Mijoulle	Assinou o parecer	Ficou proibida a introdução de peixe estrangeiro nos portos portugueses, à exceção das terras do Alto Minho
23/10/1821	Importação de peixe	Debateu	Refere o caso dos pescadores algarvios que estão impedidos de vender o seu peixe a Espanha e a França
24/10/1821	Limitações aos cargos, condecorações e serventias que os deputados podem auferir durante a vigência das Cortes	Debateu	Defende que seja escrito no decreto que não se podem aceitar empregos ou serventias até um ano depois de terem estado em funções políticas
24/10/1821	Atribuição de recompensas a deputados por terem estado em Cortes	Debateu	Defende que não são necessárias recompensas, bastando apenas a honra de ter servido a Nação
24/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 82.º)	Debateu	É contra, pois considera que este texto pode abrir caminho a uma ditadura legislativa
25/10/1821		Faltou	
26/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 82.º)	Debateu	Reiterou as ideias de dia 24/10/1821. Após longa discussão, a proposta foi aprovada, contra vontade de José António Guerreiro
26/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 83.º)	Debateu	É contra o conteúdo do artigo, por este ser injusto e incoerente
27/10/1821		Faltou	
30/10/1821	Indicação à Companhia dos Vinhos do Porto para que esta tome a tempo as medidas a fim de não se atrasar a abertura da feira de vinhos	Debateu	Considera importante que sejam enviados papéis a informar do estado da Companhia e das vontades dos acionistas à regência de modo a que possam ser tomadas medidas para melhorar a situação da Companhia
31/10/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 88.º)	Debateu	Considera que não devem ser feitas alterações ao conteúdo do artigo
02/11/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 90.º)	Debateu	Defende que 15 dias são suficientes para a discussão de um diploma vetado pelo rei
03/11/1821	Projeto sobre as prestações agrárias/emenda ao projeto sobre forais	Debateu	Aprova o projeto. Considera que se deve estimular a agricultura. Defende também a diminuição dos impostos agrícolas, de modo a aumentar a produtividade
05/11/1821	Discussão do projeto da Constituição (artigo 91.º)	Debateu	Considera que após a publicação de uma lei, é de obrigação dos ministros cumpri-la
07/11/1821		Faltou	
08/11/1821		Faltou	
09/11/1821		Faltou	
10/11/1821		Faltou	
11/11/1821		Faltou	
13/11/1821		Faltou	
14/11/1821		Faltou	
15/11/1821		Faltou	
16/11/1821		Faltou	
17/11/1821		Faltou	
19/11/1821		Faltou	
20/11/1821		Faltou	
20/11/1821	Menção do nome	-	Concessão de licença para tratar da saúde pelo tempo que for necessário

21/11/1821		Faltou	
22/11/1821		Faltou	
23/11/1821		Faltou	
24/11/1821		Faltou	
27/11/1821		Faltou	
28/11/1821		Faltou	
29/11/1821		Faltou	
30/11/1821		Faltou	
01/12/1821		Faltou	
03/12/1821		Faltou	
04/12/1821		Faltou	
05/12/1821		Faltou	
06/12/1821		Faltou	
07/12/1821		Faltou	
10/12/1821		Faltou	
11/12/1821		Faltou	
12/12/1821		Faltou	
13/12/1821		Faltou	
14/12/1821		Faltou	
15/12/1821		Faltou	
17/12/1821		Faltou	
18/12/1821		Faltou	
19/12/1821		Faltou	
20/12/1821		Faltou	
21/12/1821		Faltou	
22/12/1821		Faltou	
24/12/1821		Faltou	
27/12/1821		Faltou	
28/12/1821		Faltou	
29/12/1821		Faltou	
31/12/1821		Faltou	
28/01/1822		Faltou	
29/01/1822		Faltou	
30/01/1822		Faltou	
31/01/1822		Faltou	
01/02/1822		Faltou	
07/02/1822	Libertação de presos espanhóis	Debateu	Considera que que os presos devem ser colocados em liberdade e que em relação à sua libertação, o governo deve atuar como achar oportuno
08/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 162.º)	Debateu	Considera que, de forma alguma, os juízes devem ser conciliadores entre as partes
08/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 164.º)	Debateu	Defende que o artigo seja reformulado de modo a que os ministros possam ser acusados por qualquer pessoa do povo
09/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 166.º)	Debateu	Defende as alterações propostas ao artigo
09/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 166.º)	Debateu	Defende que se devia conceder poder às autoridades brasileiras, para que se possa exercer o poder político e administrativo naquelas províncias

12/02/1822	Parecer da “Comissão de Guerra” ao requerimento de Guiomar Teresa, viúva de João da Silva	Debateu	Defende que os direitos da viúva devem ser acautelados, no entanto, defende que devem ser tomados todos os procedimentos legais para satisfazer o requerimento
12/02/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre a venda de uma capela em Tavira	Debateu	Considera que falta documentação para que possa ser tomada uma decisão
12/02/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre as sisas das comarcas de Castro Marim e Tavira	Debateu	Defende que o que acontece nestas comarcas, acontece em todo o país logo, devia criar-se legislação abrangente
13/02/1822	Nota de protesto do Rei de Espanha sobre a decisão das Cortes sobre os dois presos espanhóis	Debateu	Defende que não deve ser tomada mais nenhuma medida neste caso, apesar da opinião do Rei de Espanha
15/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 167.º)	Debateu	Defende que as relações entre poderes devem ser incluídas no artigo 164.º
15/02/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro	Apresentou o decreto	Mandou-se imprimir para entrar em discussão
15/02/1822	Indicação à “Comissão de Constituição” sobre o futuro juramento da Constituição	Apresentou a Indicação	A discussão ficou adiada
15/02/1822	Projeto de decreto sobre a organização provisória das câmaras	Debateu	Defende que as terras que possuam mais de 200 fogos tenham direito a câmara
16/02/1822	Discussão dos novos artigos, que a “Comissão de Agricultura” ofereceu em lugar dos artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º originais do Projeto dos forais	Debateu	Faz observações ao uso de certas expressões nos artigos. Defende que as terras que queiram mudar de culturas paguem uma taxa própria
18/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 170.º)	Debateu	Defende que nos ofícios onde os salários são mais baixos há mais honradez
20/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 171.º)	Debateu	Defende que todos os cidadãos devem jurar a Constituição
20/02/1822	Indicação para que quando for preciso convocar juizes para decidir qualquer causa pendente, estes serão nomeados à sorte de entre o número de todos os cidadãos daquele distrito	Debateu	Defende que a eleição das pessoas que vão fazer parte do Conselho de Jurados, não deve ser feita pelo povo, mas sim por uma autoridade especial
21/02/1822	Projeto de decreto sobre a organização provisória das câmaras (artigo 2.º)	Debateu	Defende que o ofício de escrivão seja ocupado apenas por um ano
21/02/1822	Projeto de decreto sobre a organização provisória das câmaras (artigo 3.º)	Debateu	Considera suficiente existir apenas um substituto por cada juiz de fora
21/02/1822	Projeto de decreto sobre a organização provisória das câmaras. (artigo 3.º)	Debateu	Considera que os militares e clérigos também podem ser bons funcionários públicos. A proposta foi chumbada
21/02/1822	Projeto de decreto que autoriza a circulação de moedas de ouro roubadas ou achadas (artigo 1.º)	Debateu	Defende que primeiro, é necessário saber a quantidade de moedas de ouro e prata em circulação pelo Reino
22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 172.º)	Debateu	Considera que o artigo não pode ser discutido porque ainda não foram feitas as emendas

22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 173.º)	Debateu	Defende que não se deve ocultar o nome de um acusador num processo, pois isso fazia-se no tempo da Inquisição
22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 176.º)	Debateu	Considera que o conteúdo de este artigo é próprio de um Código Penal e não de uma Constituição. Defende ainda que o réu tenha o direito de saber quem testemunhou contra ele
22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 176.º)	Debateu	Propôs alterações ao texto. Foram aprovadas
22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 177.º)	Debateu	Considera que este artigo não pode ser debatido enquanto não foram aprovados os artigos 172.º e 173.º
22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 179.º)	Debateu	Pede ao presidente para se por a votos um esclarecimento que julga ser necessário
22/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 181.º)	Debateu	Considera que se deve legislar no sentido de só se poder suspender a Constituição com 2/3 dos deputados
22/02/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre o requerimento de J. Oreille, capitão do navio <i>Le Henri</i> , que se queixa da forma como foi tratado no Rio de Janeiro pelos funcionários da alfandega	Debateu	Reprova o parecer da Comissão por achar que quem deve tomar uma decisão é um Tribunal e não as Cortes
23/02/1822	Debate sobre as contas do Estado	Debateu	Solicitou ao Secretário de Estado respostas às seguintes perguntas: 1.ª se o Governo tomou as medidas necessárias para coibir os abusos que existem na arrecadação da dízima; 2.ª se já se tem liquidado todos as dívidas pertencentes a esta repartição; 3.ª se se tem dado as providências para a cobrança destas dívidas, e se já se procedeu contra os empregados que prevaricaram no seu ofício
23/02/1822	Debate sobre as contas do Estado	Debateu	Pergunta ao ministro da fazenda que medidas tem em mente para combater o défice
25/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 181.º)	Debateu	Responde a alguns deputados que discursaram ao longo dos dias sobre este tema
27/02/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 181.º)	Votou com a minoria	-
27/02/1822	Projeto de decreto para a extinção da Intendência geral da polícia	Debateu	É favorável à manutenção da Intendência geral da polícia porque é necessário que as pessoas se habituem à nova ordem constitucional
28/02/1822	Projeto n.º 215 sobre moeda (artigo 2.º)	Debateu	Considera o artigo injusto, pois não há problema que as repartições fiscais recebam moedas de 2 e 4 oitavas. Defende ainda a existência de balanças exatas nas repartições
01/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 172.º)	Debateu	Considera que o envio à Comissão para fazer arranjos no texto do artigo não surtiu efeito. Considera um princípio de tirania a prisão antes da sentença, no entanto defende a prisão preventiva no menor número de casos possível

01/03/1822	Indicação para que os crimes que se julgam nas varas das relações de Lisboa e Porto sejam sentenciados pelo conselho de jurados destas duas cidades	Debateu	Defende que a Indicação deve ser rejeitada pois o seu conteúdo já se encontra no projeto da Constituição
04/03/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro	Ofereceu artigo com mais conteúdo para ser incluído no decreto	A discussão foi adiada
04/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 181.º)	Debateu	Defende que o artigo deve ser remetido à “Comissão de Constituição”
04/03/1822	Indicação sobre as listas dos cem cidadãos que formarão os conselhos respetivos a cada processo	Debateu	Defende que não se imprimam mais listas para não se criar confusão
04/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 166.º)	Debateu	Defende que as alterações propostas são desnecessárias e não são claras
04/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 164.º)	Debateu	Não compreende a necessidade de alterações a este artigo, pois considera-o bastante claro
05/03/1822	Decreto sobre a moeda de ouro	Debateu	Pedi para ser o último artigo do decreto por considerar que não está conforme com o que foi discutido
06/03/1822	Indicação ao presidente informando que os deputados de S. Paulo tinham informações da junta de província	Fez Indicação	Os deputados foram convidados a apresentarem as informações na “Comissão de Constituição”
06/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (título VI, capítulo 1.º)	Debateu	É contra o adiamento da discussão por considerar que as Cortes não podem demorar tanto tempo a elaborar a Constituição
06/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 192.º)	Participou no debate, embora tenha pedido desculpa por não se ter preparado para ele	Volta a defender que devem ser criados municípios onde existirem mais de 200 fogos
07/03/1822	Indicação para afastar do exército os governadores de armas do Brasil	Debateu	Defende que esta indicação fosse analisada mais tarde
07/03/1822	Decreto que estabelece o número de funcionários precisos para cada repartição do Estado	Debateu	Defende que deve ser usado outro sistema para a racionalização de funcionários
08/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 200.º)	Debateu	Considera necessário estabelecer as competências de cada Câmara Municipal
08/03/1822	Indicação para os deputados investigarem a nomeação de Inácio Caldeira feita para a correição de Lamego	Debateu	Chama à atenção para a possibilidade de o governo ficar paralisado se todos os deputados mandarem investigar casos
09/03/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro	Debateu	Clarifica conceitos de “foro” e “censo”. Pergunta ao autor do 5.º artigo a necessidade de este ser incluído no decreto
09/03/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 6.º)	Debateu	Clarifica os conceitos de “seareiro” e de “jugadas”. Aprova que o artigo volte à Comissão para ser reformulado
11/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 200.º, n.º 1)	Debateu	É contra a promoção da agricultura e do comércio por parte das câmaras municipais por considerar que os interesses podem entrar

			em conflito. No que toca à saúde pública, considera ser da competência dos municípios o seu controlo
11/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 200.º, n.º 3)	Debateu	Defende que devem ser os municípios a tratar da educação se tiverem meios para o pagar. Caso não seja assim, deve existir um regulamento para todo o Reino
11/03/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre a decisão das Cortes que ordena os acionistas do banco a iniciar as suas operações sem pagar juros da demora	Debateu	Defende que os Deputados que não entraram com fundos no banco, não são acionistas, logo debatem imparcialmente
12/03/1822	Catas do príncipe D. Pedro onde afirma que a vontade dos povos do Brasil é que este fique em terras brasileiras	Debateu	Defende a criação de uma Comissão especial encarregada de fazer legislação especial para o Brasil
12/03/1822	Indicação às Cortes para se criar uma Comissão de 15 membros direcionada para a criação de legislação especial para o Brasil	Debateu	Foi aprovada a criação de uma Comissão de 11 membros
12/03/1822	Criação da “Comissão de Negócios do Brasil”	-	Foi nomeado
14/03/1822	Indicação da Comissão de Negócios do Brasil”	Leu a indicação	Ficou estipulado que seriam feitas reuniões com cada um dos deputados brasileiros em Cortes
14/03/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre o requerimento de J. Oreille, capitão do navio <i>Le Henri</i> , que se queixa da forma como foi tratado no Rio de Janeiro pelos funcionários da alfândega	Debateu	Defende que se consultem todos os documentos para averiguar quem foi o causador dos prejuízos
18/03/1822	Parecer da “Comissão de Negócios do Brasil”	Leu o parecer	São tomadas medidas no sentido de conter os desejos de independência dos povos brasileiros
18/03/1822	Indicação para que sejam apreendidos todos os exemplares do <i>Diários das Cortes</i> impressos de forma ilegal	Debateu	Recomenda que este tema seja analisado pela “Comissão de Justiça Civil”
18/03/1822	Indicação ao governo para se poderem admitir ao serviço efetivo aqueles oficiais da secretaria regressados do Rio de Janeiro que julgassem convenientes	Debateu	Considera desnecessária a abordagem deste tema
18/03/1822	Suspensão da publicação de artigos de opinião pessoal no Diário do Governo	Debateu	Considera que a inclusão de opiniões pessoais nesta publicação pode minar os interesses de Portugal
21/03/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 7.º)	Debateu	Considera justo que sejam extintas as pensões que se pagarem além das rações, porque não é justo que um senhorio receba duas prestações da mesma terra. Considera este fenómeno um vestígio de Feudalismo

21/03/1822	Parecer da “Comissão de Artes e Manufaturas” sobre a representação feita ao Governo por João Gomes de Oliveira Silva, e Ângelo da Cosia e filhos, oferecendo-se a tomarem a seu cargo a laboração da casa da pólvora	Debateu	Defende que é dever do governo prestar assistência a este caso, evitando assim a manipulação de pólvora
22/03/1822	Discussão do projeto da Constituição (artigo 204.º)	Debateu	Vota contra o artigo por considerá-lo falso. Propõe emendas ao texto
22/03/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos dos Brasil”	Leu o parecer	Pede para a Comissão demorar na apresentação do seu parecer sobre a representação da junta de S. Paulo, até que chegassem notícias do que tenha recorrido no Brasil
23/03/1822	Parecer da “Comissão dos Negócios Políticos do Brasil”, sobre a carta ou representação da junta da província de S. Paulo dirigida ao Príncipe Real.	Debateu	Justifica a não inclusão de todos os deputados de S. Paulo na Comissão por falta de tempo para avaliar essa hipótese
26/03/1822	Parecer da “Comissão de Instrução Pública” sobre o ofício do secretário de Estado dos negócios do Reino sobre a dispensa de lapso do tempo concedido a D. João Manoel de Vilhena e Saldanha e D. Sancho Manoel de Saldanha, a fim de se matriculem nas aulas da Universidade.	Debateu	Defende que a matrícula se deve revalidada de modo a que os interessados não percam tempo e dinheiro
26/03/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre bacharéis formados nas faculdades jurídicas que se queixam que não foram atendidos no concurso dos lugares de letras	Debateu	Defende que a resolução deste caso deve ser entregue ao Conselho de Estado
27/03/1822	Indicação para que se diga ao governo que a quaisquer solenidades e paradas que decorram no Porto não seja obrigada a assistir tropa alguma, senão a da primeira linha ou da polícia que nela se achar	Debateu	Propôs que esta indicação fosse enviada com urgência ao governo. Foi aprovada
28/03/1822	Indicação da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” solicitando ao governo que se ponha em prática a legislação aprovada em fevereiro de 1821 para Pernambuco	Leu indicações	Aprovada
28/03/1822	Indicação da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” solicitando a presença do comandante de um navio vindo de Pernambuco	Leu indicações	Aprovada
29/03/1822	Ordem de Cortes que autoriza a “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” a chamar quem achar que é conveniente ouvir	Assinou a ordem	-

03/04/1822	Reconhecimento do governo de Buenos Aires por parte do governo do Rio de Janeiro	Debateu	Pede informações adicionais acerca deste caso
03/04/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” onde são propostas medidas para restabelecer a paz em Pernambuco	Leu parecer	Aprovado
03/04/1822	Indicação da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” para se estabelecer relações com Pernambuco para o estabelecimento de lugares de letras	Leu indicação	Aprovada
09/04/1822	Projeto de decreto sobre as relações entre Portugal e o Brasil	Debateu	Defende medidas que controlem a utilização de barcos construídos no estrangeiro. Defende também o estímulo à construção naval
09/04/1822	Projeto de decreto sobre as relações entre Portugal e o Brasil (artigo 4º)	Debateu	Defende que a perda de ¼ dos capitães seria uma pena excessiva e cruel. Deste modo, votou contra
09/04/1822	Parecer da “Comissão de Artes e Manufaturas” sobre o requerimento de José Pereira Farráz, proprietário de uma fábrica de tinturaria no Porto	Debateu	Não vê problemas na concessão de privilégios, pois já não é primeira vez que as Cortes concedem privilégios a empresas
10/04/1822	Artigo adicional ao projeto de Constituição	Debateu	Considera o artigo desnecessário, pois já está prevista a obediência à lei por todos os cidadãos
10/04/1822	Artigo adicional ao projeto da Constituição	Debateu	Pergunta às Cortes como é que é possível este artigo ter sido desenvolvido se anteriormente não foram estipulados os tipos de recursos judiciais possíveis. Defende a supressão deste artigo
10/04/1822	Discussão do projeto da Constituição (título IV, Capítulo VI)	Debateu	Sugere alterações ao texto
11/04/1822	Projeto n.º 213 sobre a reforma das secretarias de Estado	Debateu	Vota contra. Defende que existem funcionários que devem ser retirados das secretarias pois nunca serviram a Nação como aqueles que têm aptidões para fazê-lo
12/04/1822	Alterações ao texto do projeto da Constituição, no título V, que trata do Poder judicial	Debateu (alertando para os escassos conhecimentos que possuiu sobre o tema)	Propõe mais alterações ao texto, pois considera que os juizes de facto não conhecem o mundo comércio
12/04/1822	Indicação informando que o decreto que proibia a o desembarque de pessoas que acompanhavam D. João VI aquando da sua chegada a Lisboa ficou sem efeito	Leu indicação	-
12/04/1822	Indicação para que se aumente o número de membros da “Comissão de Liquidação da Dívida Pública”	Debateu	Propôs a alteração aos prazos para os credores do Estado regularizarem a sua situação até o fim de 1823
12/04/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre as dúvidas do ministro da justiça sobre a criação da relação de Pernambuco	Leu parecer	O tema seguiu para discussão

13/04/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre a venda em leilão de 500 quintais de pau-brasil	Debateu	Considera que devem ser acrescentadas alterações ao texto do parecer apenas se essas alterações permitirem pagar dívidas
13/04/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 14.º)	Debateu	Considera que este artigo facilita a transmissão da propriedade, por isso vota a favor
15/04/1822	Projeto sobre as relações comerciais entre Portugal e o Brasil (artigo 4.º)	Debateu	Considera que este artigo proporciona a fuga de capitais. Deste modo vota contra, defendendo que todas as pessoas devem ser revistadas ao saírem e entrarem nos portos
15/04/1822	Projeto sobre as relações comerciais entre Portugal e o Brasil (artigo 5.º)	Debateu	Considera que este artigo não legisla a possibilidade da existência de uma moeda única em todo o Reino, logo não se deve discutir
15/04/1822	Parecer da “Comissão de Instrução Pública” sobre o requerimento de João Zagalo, bacharel formado na faculdade de leis, que se queixa de não ter sido bem informado pela congregação da mesma faculdade	Debateu	Considera que não é competência das Cortes a intromissão em casos do poder judiciário, no entanto vota pelo parecer da Comissão
16/04/1822	Discussão do projeto da Constituição (título III, Capítulo I, artigo 33.º)	Debateu	Declara que este artigo é a parte mais importante da Constituição. Defende o adiamento da discussão sobre os tipos de privação a que um cidadão pode estar sujeito
16/04/1822	Exceções ao direito de voto	Debateu	Propõe alterações ao texto que diz respeito aos filhos segundos
16/04/1822	Exceções ao direito de voto	Debateu	Considera necessários mais esclarecimentos acerca da proibição de voto aos criados de servir
16/04/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre o regulamento feito pelo tribunal da proteção da liberdade da imprensa em execução do título L, artigo 61.º do Decreto de 4/7/1821	Debateu	Defende que voltar a imprimir este regulamento ia causar uma grande despesa à Nação
17/04/1822	Exceções ao direito de voto	Debateu	Defende que os mendigos não devem votar
17/04/1822	Exceções ao direito de voto	Fez proposta	Defende que qualquer cidadão que não tem bens de propriedade nem de indústria, que vive numa continua dependência, nunca pode ter um interesse real na bondade das eleições. A votação desta proposta foi adiada
17/04/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre os requerimentos de António Grande e José Oliveira implorando perdão do resto da pena que têm a cumprir, pois consideram que foram presos sem provas	Debateu	É contra o perdão da pena
18/04/1822	Leitura de cartas de Cipriano José Barata de Almeida e Francisco Agostinho Gomes sobre a situação do Brasil	Debateu	É contra as acusações de que a “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” nada tem feito na resolução dos problemas entre Reinos

18/04/1822	Projeto n.º 213 sobre a reforma das secretarias de Estado	Debateu	Considera que se devem manter os prémios de desempenho, embora a atribuição destes seja feita de forma moderada
18/04/1822	Projeto n.º 213 sobre a reforma das secretarias de Estado (artigo 5.º)	Debateu	Propõe o valor de 800 reis de salário para oficiais e empregados se estes não tiverem direito a prémios
19/04/1822	Discussão da proposta de dia 17/04/1822	Debateu	A proposta foi rejeitada à segunda votação, pois a primeira ficou empatada
20/04/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 16.º)	Debateu	Refere que não sabe se existe legislação que avalie os foros, no entanto defende o pagamento de apenas 1 laudémio
20/04/1822	Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 18.º)	Debateu	Apoia-se em Manuel Fernandes Tomás para afirmar que os contratos enfitêuticos são para ser respeitados
20/04/1822	Proposta de alteração ao Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 5.º)	Apresentou proposta de alteração	Defende que quem não pode fazer prova da propriedade de um terreno não deve ser expropriado desse título. A discussão foi adiada
22/04/1822	Parecer da “Comissão de Agricultura” sobre um tema adiado em julho de 1821	Debateu	Defende que o texto se remeta ao governo para serem recolhidas mais informações
23/04/1822	Requerimento de oficiais inferiores e soldados, que serviram nos diferentes corpos do exército que tiveram a sua baixa, e pedem que se tenha com eles toda a contemplação, que julgam merecer	Debateu	Recomenda que este requerimento seja enviado à Comissão com urgência
23/04/1822	Proposta de alteração ao Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 5.º)	Debateu	Recusas as acusações de má fé presentes no artigo. A proposta de alteração foi chumbada
23/04/1822	Apresentação por parte das Comissões de Agricultura e Comércio da reforma da companhia dos vinhos do Alto Douro (artigo 10.º)	Debateu	Defende que as arrematações devem ser feitas pelos concelhos, devendo as Cortes pedir a lista de provedores de comarca para participarem no erário
24/04/1822	Parecer da “Comissão de Artes e Manufaturas” sobre o requerimento de António Silva que pretende construir em Caminha uma fábrica de louça que tenha o monopólio da fabricação no concelho	Debateu	Defende que uma decisão sobre este tema pertence ao poder executivo. O parecer foi rejeitado
27/04/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre a audição ao Deputado Feijó	Leu parecer	A Comissão propõe que logo que se possa sejam discutidos os resultados da audição
27/04/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre a Indicação para se conceder amnistia a todos os que vieram presos da Bahia, mandados pela junta do Governo daquela província	Assinou parecer	Defende que as concessões de amnistia devem ser concedidas com muita reflexão. A amnistia não foi concedida

29/04/1822	Ofício que apresenta projetos de construção de um arquivo militar e tipográfico em Pernambuco	Debateu	Defende que este tema seja analisado pela “Comissão de Guerra”
29/04/1822	Projeto para as eleições dos Deputados (artigo 43.º)	Votou com a minoria	No futuro, as eleições de deputados serão feitas por escrutínio secreto
30/04/1822	Ofício de Inácio Mello, brigadeiro governador das armas dando conta dos últimos acontecimentos na cidade da Baía	Debateu	Defende que devem ser dados todos os meios para que se castigue quem semeia o mal pelos povos brasileiros
30/04/1822	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre o requerimento de Henrique Schmitz pedindo cartas de naturalização aos colonos alemães no Brasil	Debateu	Defende a aprovação do parecer por ainda não existir uma lei que estabeleça as regras para a concessão de cartas de naturalização
01/05/1822	Projeto sobre as eleições dos Deputados (artigo 43.º)	Debateu	Defende que não pode haver representação nacional senão quando os seus membros forem escolhidos pela maioria dos seus representantes: esta não se pode verificar quando for escolhida pela pluralidade relativa. Vota contra o artigo. O artigo foi chumbado
01/05/1822	Parecer da “Comissão Eclesiástica” as observações que o colégio da santa Igreja patriarcal dirigiu ao Governo	Debateu	Considera que o estabelecimento de um seminário de música é do interessa da Nação. É a favor da aprovação do parecer
02/05/1822	Parecer da “Comissão Diplomática” sobre a evacuação de Montevideo	Debateu	Primeiramente perguntou porque é que este tema foi levado para discussão. Depois explica que quando se quer defender um país a primeira coisa que se tem em vista é ocupar postos fortes e avançados, mesmo em grandes distancias, que cubram o país, que o ponham a salvo de um golpe da mão, e isto apesar mesmo de se sacrificar a tropa que defende estes pontos
03/05/1822	Projeto n.º 243 sobre as eleições dos Deputados (artigo 35.º)	Debateu	Defende uma reflexão para a primeira parte do artigo. Depois defende mais esclarecimentos no texto do artigo
03/05/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre os requerimentos dos importadores de sal da ilha de S. Miguel que se queixam dos valores abusivos que pagam de taxas de importação	Debateu	Refere que os funcionários da alfândega não recebem salário e que é preciso averiguar se deve ser a fazenda a pagar esses salários ou o dinheiro das taxas de importação
04/05/1822	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre a escolha de um governador para o ultramar	Debateu	Vota contra o parecer
04/05/1822	Proposta de artigo por parte da “Comissão de Agricultura” para o decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro	Debateu	Considera indispensável que os processos relativos à numeração dos direitos que resultam dos forais sejam guardados na Torre do Tombo
04/05/1822	Parecer da “Comissão de Regimento Interior das Cortes” sobre a participação que a “Comissão de	Debateu	Defende que as Cortes não devem dar qualquer tipo de opinião neste caso, isso é atribuição do poder judicial

	Polícia” fez ao Congresso sobre insulto e ferimento feito pelo Deputado Barata ao Deputado Pinto da França, precipitando-o por uma das escadas		
06/05/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre o negócio de vales do valor de dois contos de reis cujo resultado culminou em prejuízo do negociante António Pereira de Figueiredo	Debateu	Vota contra o parecer da Comissão, pois considera que este prejudica António Pereira de Figueiredo
09/05/1822	Projeto de Decreto das Cortes sobre as finanças do Brasil e sobre o destino a dar às promessas de D. João VI feitas antes de 24/8/1820 e que não foram cumpridas	Debateu	Defende que essas promessas não devem ser postas em prática pois foram feitas no tempo do Absolutismo
10/05/1822	Indicação aos deputados Luís Paulino e Cipriano José Barata para terem atenção aos limites dos seus poderes de deputados	Debateu	Defende que a discussão desta indicação não deve ser adiada. Considera que as Cortes não devem exprimir nenhuma opinião em relação a este caso pois os acontecimentos sucederam fora das Cortes
10/05/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Criminal” sobre a extinção da visita de polícia de Belém	Debateu	É a favor do parecer da Comissão
10/05/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre o requerimento de Agostinho Gonçalves dos Santos que pede perdão de pena de homicídio	Debateu	É contra a concessão do perdão
11/05/1822	Proposta de alteração ao Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 14.º)	Debateu	É a favor das alterações propostas pela “Comissão de Agricultura”
14/05/1822	3.ª parte do artigo 38.º do projeto n.º 243 sobre as eleições dos Deputados às Cortes	Propôs alteração ao texto	Propôs que se unisse uma divisão eleitoral quando uma povoação tivesse menos de 75 habitantes livres. A proposta foi chumbada
14/05/1822	Requerimento de deputados sobre a participação feita pela “Comissão de Polícia” no caso das agressões entre deputados	Debateu	Considera que o parecer da Comissão deve ser rejeitado.
17/05/1822	Projeto n.º 230 sobre relações comerciais com o Brasil (artigo 20.º)	Debateu	Defende que o artigo seja suprimido
17/05/1822	Indicação da “Comissão de Pescarias” pedindo esclarecimentos ao governo para poder realizar o seu trabalho	Assinou indicação	A indicação foi aprovada
18/05/1822	Projeto da “Comissão de Fazenda” sobre proteção à indústria das peles	Debateu	Considera que o conteúdo do projeto é repetição de legislação já existente
18/05/1822	Parecer da “Comissão de Artes e Manufaturas” sobre requerimentos dos fabricantes de curtumes	Debateu	Considera que a recolção de impostos sobre produtos de fábricas deve reverter, na sua maioria, para o Estado
19/05/1822	Parecer da “Comissão de Artes e Manufaturas” sobre requerimentos dos fabricantes de curtumes	Propôs alterações	Pediu para as suas alterações serem retiradas do texto do parecer. Foi aprovado
19/05/1822	Parecer das Comissões de Agricultura e Comércio sobre a proibição da	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas

	exportação de casca de sobreiro e carvalho		
20/05/1822	Projeto n.º 232 sobre negócios políticos do Brasil (artigo 5.º)	Debateu	Defende que este artigo parte do princípio que Portugal e o Brasil estão separados, o que considera errado. É contra o artigo
22/05/1822	Projeto n.º 232 sobre negócios políticos do Brasil (artigo 5.º)	Propôs alterações	Defende que se devem excetuar do artigo os comandantes de qualquer divisão, ponto de exército de operações ou de observação do Brasil que o governo mandasse formar. A proposta foi chumbada
23/05/1822	Indicação à “Comissão de Agricultura” para que divulgue rapidamente um parecer juntamente com uma proposta de alteração	Propôs alterações	A proposta foi aprovada
24/05/1822	Projeto de registo de hipotecas (artigo 2.º)	Propôs alterações	A sua proposta previa o registo de todas as hipotecas num livro em cada concelho
24/05/1822	Parecer da “Comissão de Marinha” sobre o requerimento de Luiz Figueiredo que solicita um subsídio a uma mãe de 10 filhos	Debateu	Considera que alguém que deu 10 filhos à Nação prestou um serviço à Pátria, logo o subsídio deve ser concedido
25/05/1822	Proposta de alteração ao projeto n.º 258 (artigos 21.º e 24.º)	Apresentou propostas	A discussão foi adiada
28/05/1822	Projeto sobre a “definição de cidadão português”	Apresentou o projeto	-
28/05/1822	Indicação sobre o incumprimento da lei que proíbe a cobrança de taxas para se atravessar o rio em Canelas e Armamar	Debateu	Contra-argumenta o deputado Soares de Azevedo dizendo que o que ele acaba de propor já tinha sido decretado pelo governo
29/05/1822	Representação de Manuel Cruz acerca da extinção da escravatura.	Propôs a leitura a todos os deputados	Após observações feitas à sua proposta, pediu licença para a retirar
29/05/1822	Leitura de cartas do príncipe real	Debateu	Defende a criação de uma comissão especial para a leitura de todas as cartas do governo do Rio de Janeiro
29/05/1822	Projeto sobre a “definição de cidadão português” (artigo 2.º)	Debateu	Defende que o facto de nascer em Portugal não é suficiente para alguém se sentir português
30/05/1822	Queixa do juiz do crime da Baía sobre as acusações que lhe são atribuídas	Debateu	Pergunta se há alguma lei que obrigue a que todas as cartas do Ultramar sejam lidas em Cortes
30/05/1822	Projeto sobre a “definição de cidadão português” (artigo 21.º, n.º 5)	Debateu	Defende que em Portugal não há escravatura e que no Brasil devem ser dados os passos em direção à extinção da escravatura
31/05/1822	Ofício do ministro da marinha sobre o destino a dar a 3 oficiais da marinha vindos do Rio de Janeiro	Debateu	Defende que a decisão sobre este tema não compete às Cortes
31/05/1822	Revogação dos decretos que organizam as juntas provisionais, ordenam o regresso do príncipe real e extinguem os tribunais	Debateu	Requereu a leitura dos documentos uma vez que não estava presente aquando da sua discussão
03/06/1822	Indicação para que o ministro da justiça apresente às Cortes um mapa	Leu indicação	Mandou-se imprimir para ser iniciada a discussão

	das prisões que tiver ordenado e os respetivos motivos		
08/06/1822	Denúncia de um “ataque” às Cortes presente no <i>Astro da Lusitânia</i> , n.º 24	Debateu	Defende que as Cortes não podem deliberar sobre uma preposição certa, que esteja por escrito
10/06/1822	Castigos aos escrivas que se atrasem nas entregas dos seus apontamentos	Debateu	Defende que devem ser dados todos os passos para que os escrivas sejam castigados
10/06/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre os atos de insubordinação acontecidos no Brasil	Leu parecer	O parecer foi aprovado
12/06/1822	Neste dia, a partir de certa altura a ata da sessão é apresentada por tópicos, pois não foram apresentados os apontamentos do escrivá a tempo. Percebe-se que José António Guerreiro votou contra um artigo, embora não se perceba qual.		
12/06/1822	Projeto n.º 262 (artigo 33.º) sobre eleições deputados	Debateu	Defende que este projeto deveria ser provisório e chama à atenção para a definição do termo “domicílio”
15/06/1822	Decreto provisório sobre a eleição dos Deputados (artigo 51.º)	Votou contra	-
17/06/1822	Discussão de projeto da Constituição (artigo 181.º)	Propôs alterações	As propostas foram aprovadas
17/06/1822	Felicitação ao Congresso feita pela Câmara de Esposende, Clero e Nobreza onde é jurado eterno ódio aos traidores da pátria	Apresentou a felicitação	Esclarece que no novo sistema constitucional não existe distinção entre Clero, Nobreza e Povo
18/06/1822	Parecer da “Comissão de Redação da Constituição” sobre o projeto n.º 262 sobre eleições deputados (artigo 6.º)	Debateu	Defende que Macau deve ter uma representação nacional e um deputado em Cortes
19/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro	Debateu	Refere que também foram admitidos à discussão projetos semelhantes. Logo defende que devem ser eliminados alguns para não se perder tempo
19/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 2.º)	Debateu	Defende que a Constituição não tem força para mudar a situação, mas o cenário vai ser alterado após a sua entrada em vigor. Até lá, defende a aplicação do artigo
19/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 3.º)	Debateu	Dá justificações para a inclusão deste artigo no projeto
19/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 5.º)	Debateu	Dá justificações para a inclusão deste artigo no projeto. Defende a avaliação do texto por parte da Comissão
19/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (artigo 6.º)	Debateu	Defende alterações ao texto
19/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (alterações ao artigo 2.º)	Debateu	Defende que os juizes de crime não são abrangidos por este artigo, mas sim pelo 1.º
19/06/1822	Indicação para que as corporações religiosas abdicassem dos seus estatutos para a eleição de prelados	Debateu	Pergunta qual é a corporação religiosa que em Portugal cumpre breves apostólicos

20/06/1822	Projeto de Decreto para a abolição dos privilégios pessoais de foro (alterações ao artigo 2.º)	Debateu	Defende que nenhuma das alterações propostas deve ter lugar na lei. As propostas foram aprovadas
20/06/1822	Parecer da “Comissão do Regulamento Interior das Cortes” sobre a instalação de um tribunal especial para deputados	Debateu	Pergunta qual foi a razão da Comissão elaborar este parecer. Defende a criação do tribunal e o número de 9 juízes para o compor
21/06/1822	Projeto sobre o privilégio do foro procedido da causa (artigo 5.º)	Debateu	Defende que nos temas ligados ao comércio devem estar deputados que estejam ligados aos negócios
22/06/1822	Possibilidade de os clérigos serem julgados com recurso às justiças seculares, aos superiores eclesiásticos	Debateu	É contra, pois considera que o princípio da igualdade entre cidadãos vai ser destruído
27/06/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre os procedimentos da junta de província de S. Paulo	Debateu	Considera a estadia no Brasil do príncipe D. Pedro inútil. Defende que as observações feitas contra a “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” não são bem fundamentadas
28/06/1822	Pergunta de Fernandes Tomás à “Comissão de Reforma Eclesiástica” sobre o parecer das cóngruas dos bispos	Debateu	Perguntou se os bispos tinham direito a cóngruas. O presidente disse que não. Defende que se elabore um projeto sobre o tema
01/07/1822	Possibilidade de o príncipe real permanecer no Brasil	Votou a favor	-
02/07/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre a situação lá vivida	Debateu	Considera que a autorização para a permanência do príncipe real é a prova de que as Cortes são úteis ao povo brasileiro
02/07/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre a situação lá vivida (artigo 4.º)	Debateu	Defende que quantos mais poderes forem dados às juntas provinciais mais ação terá o governo
04/07/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre a situação lá vivida	Debateu	Considera que os povos brasileiros têm tendência natural para a separação. Acha que se fosse criada legislação especial para o Brasil isso ditaria a separação dos dois Reinos
05/07/1822	Projeto das divisões eleitorais que provisionalmente deverão servir para as eleições dos Deputados	Debateu	Defende que as eleições devem ser feitas em lugares mais centrais como Ponte de Lima ou Valença, pois Viana do Castelo fica numa extremidade
06/07/1822	Possibilidade de o sucessor da coroa possa ser encarregado da delegação do poder executivo no Brasil	Votou com a maioria	-
08/07/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Criminal” sobre o requerimento de Luís Barreto	Debateu	Defende que o parecer não está em harmonia com uma ordem de Cortes
08/07/1822	Parecer da “Comissão do Ultramar” sobre as queixas dos vendedores de tabaco da Baía sobre os impostos que são obrigados a pagar	Propôs alterações	Defende que uma tabela elaborada pela “Comissão de Estatística” ia demorar na resolução do caso. Propõe que seja as juntas provinciais a elaborar essas tabelas. A proposta foi aprovada

09/07/1822	Artigo com a regulamentação das eleições de juizes ordinários e oficiais de câmaras (artigo 4.º)	Debateu	Considera as eleições municipais o único ato de soberania verdadeira dos povos
11/07/1822	Projeto de decreto para as eleições das Cortes ordinárias	Debateu	Considera imprudente a nomeação das novas câmaras. Defende a elaboração de uma lista de todas as assembleias eleitorais que ainda não existiam
12/07/1822		Faltou	
13/07/1822		Faltou	
16/07/1822	Projeto n.º 279 (artigo 5.º da 2.ª parte)	Debateu	Considera que todas as leis devem ter o mesmo estilo, não sendo confusas
16/07/1822	Projeto n.º 279 (artigo 6.º da 2.ª parte)	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas
17/07/1822	Projeto n.º 230 sobre relações Comerciais com o Brasil (artigo 20.º)	Debateu	Defende a supressão do artigo
17/07/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre a divulgação de um jornal na cidade do Maranhão que contem opiniões contrárias às das Cortes	Leu o parecer	-
18/07/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre apoios às fábricas de curtimentos	Debateu	Considera o conteúdo de parecer repetição de legislação já existente. Defende que a Comissão deve reformular o conteúdo do parecer
18/07/1822	Parecer da “Comissão de Artes e Manufaturas” sobre os requerimentos dos fabricantes de curtumes	Debateu	Defende que ninguém deve estar isento do pagamento da sisa
19/07/1822	Projeto sobre as fábricas de curtimentos (artigo 3.º)	Propôs alterações	Pediu licença para retirar as alterações. Foi concedida
20/07/1822	Projeto n.º 232 dos negócios políticos do Brasil (artigo 5.º)	Debateu	Considera que não existem províncias brasileiras separadas de Portugal. Vota contra as propostas de alteração para este artigo
22/07/1822	Projeto n.º 200 (artigo 5.º)	Propôs alterações	As propostas foram chumbadas
23/07/1822	Indicação à “Comissão de Agricultura” sobre os preços do barco a vapor em Vila Franca de Xira	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas e a Indicação seguiu para a “Comissão de Agricultura”
24/07/1822	Projeto de registo das hipotecas (artigo 2.º)	Debateu	Propõe que todas as hipotecas sejam registadas num livro camarário
26/07/1822	Projeto de registo das hipotecas	Debateu	Desejava que o debate se iniciasse com a definição do termo “hipotecas judiciárias”
27/07/1822	Artigos declaratórios sobre os concursos para os lugares da magistratura	Debateu	Vota contra o artigo por considerá-lo desnecessário
29/07/1822	Parecer da “Comissão Militar” sobre o pedido de naturalização de Jorge White	Debateu	Defende que não há nada que ofenda mais os cidadãos do que ver os cargos públicos ocupados por estrangeiros
30/07/1822	Projeto apresentado por uma Comissão <i>ad hoc</i> (artigo 1.º)	Debateu	Explica os motivos da falta de magistrados a quererem ir para o Ultramar. Defende medidas para contrariar este fenómeno

30/07/1822	Projeto apresentado por uma Comissão <i>ad hoc</i> (artigo 2.º)	Debateu	Considera que os bacharéis do Brasil não estão em pé de igualdade com os portugueses
30/07/1822	Projeto apresentado por uma Comissão <i>ad hoc</i> (artigo 4.º)	Debateu	Defende que devem ser atribuídas residências aos bacharéis que queiram ir para o Brasil
30/07/1822	Parecer da Comissão de Agricultura acerca da liquidação do preço dos géneros	Debateu	Vota contra o parecer
01/08/1822	Envio de felicitações ao novo juiz de fora de Mértola	Apresentou as felicitações	-
02/08/1822	Projeto n.º 198 sobre a secularização dos regulares (artigo 3.º)	Debateu	Considera que o artigo deve ser aprovado porque tanto a sociedade como a Igreja saem a ganhar
03/08/1822	Projeto apresentado pela “Comissão de Fazenda” sobre o empréstimo e consolidação da dívida pública	Debateu	Defende que o empréstimo deve servir para pagar as dívidas contraídas após 24/08/1820
05/08/1822	Projeto n.º 287 sobre empréstimos	Debateu	Considera que apenas a “Comissão de Fazenda” pode dar uma opinião mais segura sobre a contração de empréstimos, no entanto considera que estes são necessários para o financiamento do país
06/08/1822	Parecer da “Comissão de Marinha” sobre o ofício do ministro da Marinha onde expressa o seu desejo para que as reformas sejam implementadas com a maior rapidez possível neste setor	Debateu	Aprova o parecer da Comissão
07/08/1822	Artigos adicionais ao projeto da Constituição sobre o Reino do Brasil	Debateu	Coloca questões acerca da delegação do poder executivo no Brasil. Votou contra os plenos poderes que essa delegação teria sobre todas as províncias do Brasil
09/08/1822	Projeto apresentado pela “Comissão de Fazenda” sobre o empréstimo e consolidação da dívida pública	Debateu	Defende o mesmo que a 3/8/1822
10/08/1822	Projeto n.º 218 sobre a Reforma das Corporações regulares (artigo 2.º)	Debateu	Defende que o prelado local seja nomeado pelo Rei
10/08/1822	Projeto n.º 218 sobre a Reforma das Corporações regulares (artigos 6.º e 7.º)	Debateu	Defende alterações ao conteúdo dos artigos
13/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (n.º 3, artigo 20.º)	Debateu	Defende que as colónias africanas sejam declaradas como território português
13/08/1822	Parecer da “Comissão de Redação da Constituição” sobre um ofício do ministro dos negócios estrangeiros sobre se seriam autorizados a votar nas próximas eleições os militares dos regimentos de infantaria n.º 10 e 23	Debateu	Vota contra o parecer da Comissão
14/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (n.º 3, artigo 38.º)	Debateu	Defende que se utilize o termo “distrito” em relação a Lisboa, no entanto não defende o mesmo em relação aos Açores por falta de informação estatística

14/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (n.º 3, artigo 38.º)	Debateu	Em relação ao Brasil defende que sejam os deputados brasileiros a darem a sua opinião
16/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (Capítulo IV, artigo 81.º)	Debateu	Defende que um deputado eleito pela Nação deve sempre ocupar o seu lugar em Cortes, mesmo que isso implique faltar ao emprego
16/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (n.º 10, artigo 97.º)	Debateu	É contra as alterações propostas
16/08/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre o ofício do ministro secretário de estado dos negócios do Reino em que pede que se lhe determine o modo legal de fazer publicar e executar nas províncias do Rio de Janeiro e de S. Paulo, a carta de lei para a eleição dos Deputados de Corte	Assinou parecer	-
19/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (artigo 117.º)	Propôs alterações	Defendeu que se transpusesse este artigo para o lugar do artigo 114.º
19/08/1822	Parecer da “Comissão de Negócios Políticos do Brasil” sobre o ofício da junta do Pará onde participa a resposta que deu ao príncipe real sobre o seu decreto de 16/2/1822	Assinou parecer	-
20/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (artigo 146.º)	Debateu	Pergunta se as últimas cláusulas do artigo já estão vencidas. É-lhe respondido que não. Não aprova o artigo por achar o seu texto contraditório
20/08/1821	Revisão do projeto da Constituição (n.º 1, artigo 152.º)	Debateu	Considera que a primeira parte do artigo está em contradição com o princípio de igualdade da lei para todos
20/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (artigo 154.º)	Debateu	Defende alterações ao conteúdo do artigo
21/08/1822	Revisão do projeto da Constituição (artigo 157.º)	Debateu	Propôs alterações. Foram aprovadas
22/08/1822	Indicação propondo a forma de como seria formada a deputação permanente	Debateu	Avisa que o autor propõe uma indicação sobre uma resolução já tomada
23/08/1822	Indicação para substituir a proposta de alteração do deputado Xavier Monteiro relativa ao modo de formar uma deputação permanente	Leu indicação	-
26/08/1822	Parecer da “Comissão de Pescarias” acerca de um requerimento de pescadores de Vila do Conde que se queixam do peso dos impostos que tem para pagar	Leu parecer	Foi aprovado
26/08/1822	Projeto de decreto sobre os casos e formalidades relativos à realização de devassas	Apresentou projeto de decreto	Foi admitido à discussão

27/08/1822	Indicação sobre as eleições no círculo eleitoral de Castelo Branco	Debateu	Pede esclarecimentos em relação ao conteúdo da indicação
28/08/1822	Projeto sobre a reforma dos regulares (artigo 17.º)	Debateu	Defende alterações ao conteúdo do artigo de forma a esta estar claramente definida. As alterações foram aprovadas
29/08/1822	Projeto sobre a reforma dos regulares (artigo 22.º)	Debateu	Defende que a doutrina defendida por este artigo não pode ter lugar em bens de raiz ou móveis de qualquer natureza
29/08/1822	Projeto sobre a reforma dos regulares (artigo 1.º)	Propôs alterações	As propostas foram aprovadas
30/08/1822	Propostas de alteração do projeto da Constituição feitas pela Comissão de redação da Constituição	Debateu	Considera que a lei das eleições deve ser melhorada
31/08/1822	Projeto de decreto para a extinção da mesa de consciência	Assinou decreto	Foi admitido à discussão
02/09/1822	Revisão do projeto da Constituição (n.º 2, artigo 118.º)	Debateu	Defende que na linha de sucessão à coroa, os filhos segundos devem estar primeiro que os netos
03/09/1822	Parecer da “Comissão Especial Encarregada da Redação da Lei sobre o Regulamento e Organização das Relações do Reino” sobre as bases do sistema do processo criminal e civil	Debateu	Defende que a Constituição não reconhece juizes ordinários de 1ª instância, portanto qualquer decisão tomada neste campo vai contra o sistema constitucional
03/09/1822	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre um ofício do ministro da justiça dando conta das disparidades entre o texto do juramento dos desembargadores e a ordem constitucional vigente	Debateu	Defende o adiamento da discussão deste parecer por falta de documentação
04/09/1822	Projeto sobre a reforma dos regulares (artigo 34.º)	Debateu	Vota contra o artigo por considerá-lo injusto
04/09/1822	Projeto sobre a reforma dos regulares (artigo 40.º)	Debateu	Vota a favor do artigo
06/09/1822	Projeto de lei complementar da lei sobre a liberdade da imprensa (n.º 2)	Debateu	Defende que as penas que impõe este artigo não pertencem à lei da liberdade de imprensa, mas às leis proibitivas do comércio
06/09/1822	Projeto de lei complementar da lei sobre a liberdade da imprensa (n.º 3)	Debateu	Considera que este número um ataque terrível contra o Estado
10/09/1822	Projeto n.º 295	Debateu	Defende o que já tinha defendido anteriormente, referindo que os ministros devem ser responsabilizados quando prevaricarem
11/09/1822	Projeto para favorecer a construção de navios e animar a marinha (artigo 9.º)	Debateu	Defende que se estabeleça uma só mesa para todos os despachos a fim de se fazer a repartição dos direitos
11/09/1822	Projeto para favorecer a construção de navios, e animar a marinha (artigo 17.º)	Debateu	É contra o conteúdo do artigo
11/09/1822	Parecer da “Comissão de Agricultura” sobre o ofício do secretário de Estado dos negócios do Reino expondo a falta	Debateu	Considera estranho o conteúdo do parecer e pergunta se em Faro está vigente o sistema constitucional ou absolutista

	de cereais existente no Reino do Algarve		
12/09/1822	Projeto para favorecer a construção de navios, e animar a marinha (artigo 22.º)	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas
12/09/1822	Projeto de decreto sobre os casos e formalidades relativos à realização de devassas (artigo 2.º, n.º 4)	Debateu	Defende que uma denúncia seja sempre feita por duas pessoas, a fim de se evitar prejuízo do cidadão acusado
13/09/1822	Projeto de decreto sobre os casos e formalidades relativos à realização de devassas (artigo 4.º)	Debateu	Faz reparos às intervenções dos deputados
16/09/1822	Indicação de 5 cidadãos afirmando que não pertencem ao Reino do Brasil	Debateu	Defende que propôs alterações à legislação para se poder atuar nestes casos
17/09/1822	Projeto sobre as côngruas dos párocos	Debateu	Defende a extinção dos benefícios e o estabelecimento de valores mínimos e máximos das côngruas, proposto no projeto
18/09/1822	Projeto sobre as côngruas dos párocos (artigo 6.º)	Propôs alterações	As propostas foram aprovadas
19/09/1822	Projeto n.º 301 da “Comissão de Constituição”	Debateu	Defende que este decreto não vai fomentar a anarquia no Brasil. Defende que a razão está do lado de Portugal, por isso aprova o decreto
20/09/1822	Projeto n.º 301 da “Comissão de Constituição”	Propôs alterações	A proposta de alteração foi chumbada
21/09/1822	Indicação de alguns deputados brasileiros pedindo para que se atrasasse a assinatura da Constituição até chegarem notícias do Brasil	Debateu	Refuta os argumentos da Indicação. A indicação foi rejeitada
23/09/1822	Assinatura da Constituição	Debateu	Defende a marcação de um prazo para o rei jurar o texto
23/09/1822	Assinatura da Constituição	Debateu	Defende que não é só às autoridades que compete cumprir e guardar a Constituição, mas sim a todos os cidadãos
24/09/1822	Indicação para se suspender o concurso para o bispado do Porto	Debateu	Defende que não se deve suspender o concurso
25/09/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre a nova redação dos artigos 4.º e 5.º oferecida para se unir ao projeto da lei suplementar ao decreto do abuso da liberdade de imprensa	Debateu	Defende que antes de se regular a pena, é necessário ver qual foi o crime cometido
25/09/1822	Projeto de decreto sobre os casos e formalidades relativos à realização de devassas (artigo 9.º)	Debateu	Estabelece 3 pontos de análise ao artigo
28/09/1822	Projeto n.º 299 da organização das relações (artigo 3.º)	Debateu	Defende a supressão do artigo e a distribuição do seu conteúdo pelos artigos 19.º e 59.º
28/09/1822	Leitura da Carta do príncipe real ao seu pai, D. João VI	Debateu	Propôs que as cartas lidas nesta sessão fossem autenticadas com assinaturas do presidente das Cortes e dos seus secretários. A proposta foi chumbada
01/10/1822	Juramento da Constituição	Jurou o texto	-

02/10/1822	Projeto de decreto n.º 299 sobre a organização das Relações (Capítulo II, artigo VII)	Debateu	Defende que os presidentes dos tribunais não exerçam jurisdição, pois isso nunca foi atribuição de um presidente
03/10/1822	Projeto n.º 299 da organização das relações (artigo 13.º)	Debateu	Defende alterações ao conteúdo do artigo. As alterações foram aprovadas
03/10/1822	Projeto n.º 299 da organização das relações (artigo 16.º)	Debateu	Defende a marcação de um prazo para o fim das serventias. Esse prazo não deve exceder os 6 meses
03/10/1822	Projeto n.º 299 da organização das relações (artigo 21.º)	Debateu	Aprova o artigo
04/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 26.º)	Debateu	Vota contra a 1.ª parte do artigo e é contra a 2.ª
05/10/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre a informação remetida ao governador das justiças do Porto	Debateu	Defende que a informação deve ser analisada também pela “Comissão de Justiça Civil”
05/10/1822	Parecer da “Comissão de Fazenda” sobre um parecer das consultas do tribunal da mesa do desembargo do Paço	Debateu	É contra o parecer por considerar que vai prejudicar os habitantes do Porto
07/10/1822	Projeto da criação das novas relações (artigo 43.º)	Debateu	Defende que o prazo estabelecido no artigo vai criar confusão entre os desembargadores
07/10/1822	Projeto da criação das novas relações (artigo 49.º)	Debateu	Defende que se suprima o artigo, pois o seu conteúdo já está presente no artigo 61.º
07/10/1822	Projeto da criação das novas relações (artigo 50.º)	Debateu	É contra as prorrogações
07/10/1822	Parecer da “Comissão da Reforma Eclesiástica” sobre o Projeto de união das paróquias	Debateu	Defende que as Cortes não decidem leis a partir de pareceres. O conteúdo do parecer deve ser admitido à discussão
09/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 53.º)	Debateu	Pede ao presidente que o autor do artigo seja chamado a prestar declarações
09/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 56.º)	Debateu	Pede que o relator da Comissão seja chamado para prestar esclarecimentos
09/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 57.º)	Debateu	Defende a supressão do artigo
09/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 58.º)	Debateu	Defende maior clareza no texto do artigo. Vota a favor
10/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 65.º)	Debateu	Defende que o conteúdo do artigo não devia estar no projeto
10/10/1822	Projeto sobre as relações provinciais (artigo 66.º)	Debateu	Propõe alterações no conteúdo do artigo
11/10/1822	Nomeação de novos membros para a “Comissão Especial Encarregada de Redigir as Leis sobre a Organização das Relações Provinciais, Regimento do Supremo Tribunal de Justiça e Promoção da Magistratura”	Foi nomeado	-
12/10/1822	Indicação para que seja o apelante, ou seu procurador, a levar os autos na primeira relação	Leu indicação	Foi aprovada
14/10/1822	Projeto das relações provinciais (artigo 86.º)	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas

14/10/1822	Indicação da “Comissão de Justiça Criminal” sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro	Debateu	Considera que não há mais motivos que justifiquem a criação de novos conselhos de guerra
15/10/1822		Faltou	
16/10/1822	Projetos das relações (artigo 96.º)	Debateu	Defende que o artigo não deve ser suprimido
16/10/1822	Projetos das relações (artigo 98.º)	Propôs alterações	A 1.ª proposta foi chumbada. A 2.ª foi aprovada
17/10/1822	Indicação que informa de omissões no texto oficial da Constituição	Debateu	Defende que devem ser os secretários do presidente a informar as Cortes sobre omissões e erros na Constituição
18/10/1822	Projeto das relações provinciais (artigo 119.º)	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas
18/10/1822	Projeto de Reforma das corporações regulares (artigo 19.º)	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas
19/10/1822	Felicitação ao juiz de fora de Mértola	Apresentou as felicitações	-
19/10/1822	Projeto das relações provinciais (artigo 131.º)	Debateu	Defende que deve existir um porteiro até nos locais onde se façam os serviços mais baixos da casa
21/10/1822	Parecer da “Comissão de Justiça Civil” sobre o facto de não terem concorrido pessoas idóneas ao cargo de desembargadores da relação de Maranhão e Pernambuco	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas
22/10/1822	Parecer da “Comissão de Constituição” sobre a ausência de guarnições na província do Rio Negro	Debateu	Defende que o governo não pode criar um corpo de tropas sem autorização das Cortes, no entanto, defende que o parecer deve ser enviado ao governo
23/10/1822	Projeto da “Comissão Encarregada do Projeto de Lei para a Organização das Relações Provinciais”	Assinou o projeto e participou no debate	Contra-argumenta com os demais deputados
23/10/1822	Parecer da “Comissão Encarregada do Projeto de Lei para a Organização das Relações Provinciais” sobre o conteúdo dos artigos 65.º, 66.º, 67.º, 88.º, 91.º, 92.º e 101.º	Assinou parecer	Foi admitido à discussão
24/10/1822	Indicação sobre os vencimentos das patentes dos oficiais militares	Leu indicação	A indicação foi rejeitada
24/10/1822	Indicação sobre o requerimento dos moradores de S. Cristina pedindo para acabarem com os abusos na cobrança de rendas	Leu indicação	A indicação foi remetida à “Comissão de Justiça Civil”
25/10/1822	Declaração de voto	Apresentou a declaração	-
26/10/1822	Eleição de membros para a deputação permanente	-	Eleito com 15 votos
28/10/1822	Projeto de decreto das Cortes para favorecer a construção naval e animar a marinha (artigo 17.º)	Propôs alterações	As alterações foram aprovadas
28/10/1822	Projeto de decreto das Cortes para melhorar o setor das pescas	Assina projeto de decreto	A discussão foi adiada

28/10/1822	Parecer da “Comissão de Pescarias” sobre o requerimento do juiz de Olhão	Assina parecer	Após discussão, o projeto foi remetido à Comissão
28/10/1822	Parecer da “Comissão Encarregada do Projeto de Lei para a Organização das Relações Provinciais” sobre as localidades onde vão ser instaladas novas relações	Assina parecer	O parecer foi aprovado
29/10/1822	Parecer da “Comissão de Agricultura” sobre as taxas cobradas na travessia do rio em Vila Franca	Debateu	Requeru mais informações em relação a outros pontos do Reino
30/10/1822	Parecer da “Comissão Encarregada do Projeto de Lei para a Organização das Relações Provinciais” com propostas para a criação de novas relações	Assinou o parecer	Os artigos foram votados separadamente, havendo artigos chumbados e aprovados
31/10/1822	Parecer da “Comissão Encarregada do Projeto de Lei para a Organização das Relações Provinciais” com propostas para a criação de novas relações	Debateu	Respondeu a todas as dúvidas dos deputados
02/11/1822	Redação do Decreto sobre as Relações Provinciais	Apresentou redação	O decreto foi aprovado na totalidade
02/11/1822	Nomeação de deputados que devem receber D. João VI na sua entrada nas Cortes no dia 4/11/1822	Foi nomeado	-

Fontes e Bibliografia

LAGARTIXA, Custódio — “GUERREIRO, José António (1789-1834)”. In CASTRO, Zília Osório de (dir.) — *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2002, p. 741-744.

BENTO, Paulo Torres. (2013) - José António Guerreiro, o liberal de Lanhelas imortalizado na Assembleia da República. *Caminh@2000*. Disponível em: <https://goo.gl/uaxDHk>

SANTOS, Fernando Piteira - *Geografia e economia da revolução de 1820*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.

TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João (coord.) – “O Liberalismo (1807-1890)”. In. MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998. Vol. V.

O Génio Constitucional. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1820.

Correio do Porto. Porto: Tipografia Praça de S. Teresa, 1820.

GORJÃO, José Damásio Roussado - *Galeria dos deputados das Cortes gerais e extraordinárias e constituintes da nação portuguesa (instauradas em 26 de janeiro de 1821), I Época*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1822.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>. Consultado entre 23/9/2016 e 2/5/2017